



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PERDIZES**

**Av. Gercino Coutinho, 20 Centro - Perdizes – MG**

**CNPJ: 18.140.772/0001-94**

## **AVISO DE DISPENSA ELETRONICA DE LICITAÇÃO**

### **PROCESSO DE ADMINISTRATIVO nº 073/2026 DISPENSA ELETRONICA DE LICITAÇÃO Nº 021/2026**

O MUNICIPIO DE PERDIZES MG, inscrito no CNPJ sob o nº 18.140.772/0001-94, com sede na Av. Gercino Coutinho, 20 – Centro CEP 38.170-000 localizado na cidade de Perdizes/MG, através da agente de contratação designada para dispensas de licitação através do Decreto nº 4.142, de 18 de fevereiro de 2026, Katiucia Ferreira Aguiar, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra em andamento processo administrativo que tem por objeto a **“Dispensa para aquisição de equipamentos e acessórios para captação de imagens, produção audiovisual e comunicação institucional, destinados ao Setor de Comunicação, Cerimonial e Eventos, visando ao desempenho das atividades e ao suporte dos eventos promovidos pela Administração Municipal, de acordo com as especificações detalhadas nos anexos, que fazem parte desse objeto.”**Visando atender o disposto no art. 75, II da Lei Federal nº 14.133/2021, devidamente regulamentada pelo Decreto Municipal nº 3.956 de 08 de Abril de 2025 e Decreto Federal nº 11.871/2023, **abre-se prazo de 3 (três) dias úteis**, às empresas interessadas neste objeto para a apresentação de propostas adicionais à municipalidade.

**INÍCIO DE ENVIO DAS PROPOSTAS ELETRÔNICAS: 15/06/2026**

**TÉRMINO DE ENVIO DAS PROPOSTAS ELETRÔNICAS: 19/06/2026 às 07:59h**

**DATA E HORA DA DISPUTA: 19/06/2026 das 08:00 h às 14:00 h**

**ENDEREÇO ELETRÔNICO: (<https://www.licitanet.com.br/>)**

Termo de referência e este aviso estarão disponíveis no site da prefeitura: <http://www.perdizes.mg.gov.br/licitacao.php> e portal da LICITANET através do site <https://www.licitanet.com.br/processos>.

Dúvidas e esclarecimento podem ser obtidos através do e-mail acima ou pelo telefone: (34) 36631341, das 08h às 17h, de segunda a sexta-feira.

Perdizes/MG, 12 de junho de 2026.

**Flamarion Alves Carvalho**

Chefe do Setor de Licitações



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PERDIZES**

**Av. Gercino Coutinho, 20 Centro - Perdizes – MG**

**CNPJ: 18.140.772/0001-94**

## **TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA**

**PROCESSO DE ADMINISTRATIVO nº 073/2026 DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRONICA Nº 021/2026**

**O MUNICÍPIO DE PERDIZES MG**, inscrito no CNPJ sob o nº 18.140.772/0001-94, com sede na Av. Gercino Coutinho, 20 – Centro CEP 38.170-000 localizado na cidade de Perdizes/MG, através da agente de contratação designada para dispensas de licitação através do Decreto nº 4.142, de 18 de fevereiro de 2026, **Katiucia Ferreira Aguiar** torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra em andamento processo administrativo que tem por objeto a **“Dispensa para aquisição de equipamentos e acessórios para captação de imagens, produção audiovisual e comunicação institucional, destinados ao Setor de Comunicação, Cerimonial e Eventos, visando ao desempenho das atividades e ao suporte dos eventos promovidos pela Administração Municipal, de acordo com as especificações detalhadas nos anexos, que fazem parte desse objeto”** com fundamento no art. 75, II da Lei Federal nº 14.133/2021, devidamente regulamentada pelo Decreto Municipal nº 3.544 de 19 de janeiro de 2024, para obter propostas adicionais de eventuais interessados, devendo ser selecionada a proposta mais vantajosa, nos termos do § 3º, do artigo 75, da Lei n. 14.133/2021, cujo critério de julgamento será o de **MENOR PREÇO POR LOTE**, conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, visando atender as necessidades da Administração.

### **1. DO OBJETO**

**1.1.** A presente dispensa de Licitação tem por finalidade a **Aquisição de equipamentos e acessórios para captação de imagens, produção audiovisual e comunicação institucional, destinados ao Setor de Comunicação, Cerimonial e Eventos, visando ao desempenho das atividades e ao suporte dos eventos promovidos pela Administração Municipal, de acordo com as especificações detalhadas nos anexos, que fazem parte desse objeto.**

**1.2.** Compõem este Edital, além das condições específicas, os seguintes documentos:

**1.2.1.** ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA;

**1.2.2.** ANEXO II – MINUTA CONTRATUAL.

### **2. DO VALOR ESTIMADO**

**2.1.** O valor global estimado para aquisição será de **R\$ 47.138,19 (quarenta e sete mil, cento e trinta e oito reais e dezenove centavos).**

### **3. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NO CERTAME**

**3.1.** A presente dispensa de licitação dar-se-á por meio da Plataforma **LICITANET**.

**3.2.** Poderão participar deste Dispensa as interessadas estabelecidas no País, que desempenhem atividade pertinente e compatível com o objeto deste termo, previamente credenciadas como fornecedores na Plataforma **LICITANET** (<https://licitanet.com.br>).

**3.3.** O Termo de Dispensa Eletrônica será publicado exclusivamente no sítio eletrônico: **[www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br)**.

**3.4.** Não poderão participar da execução de contrato, direta ou indiretamente:



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PERDIZES**

**Av. Gercino Coutinho, 20 Centro - Perdizes – MG**

**CNPJ: 18.140.772/0001-94**

## **3.4.1. DOS PARÂMETROS DA CONTRATAÇÃO**

**3.4.1.1.** A presente contratação será realizada através de Procedimento de Contratação Direta, dispensa de licitação em razão do valor, nos termos do art. 75, II da Lei Federal nº 14.133/2021.

**3.4.1.2.** Poderão participar do certame todos os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação que preencherem as condições de explicitas neste Termo de Referência.

**3.4.1.3.** Não será permitida a participação de empresas em consórcios.

**3.4.1.4.** Será vedada a participação de empresas na licitação quando:

- a) Declaradas indôneas por ato do poder Público, em qualquer de seus órgãos descentralizados;
- b) Sob processo de falência ou concordata.

**3.4.1.5.** Não será admitida a subcontratação total ou parcial do objeto.

**3.5. Poderão participar desta DISPENSA ELETRÔNICO**, via internet, os interessados cujo objetivo social seja pertinente ao objeto, que atendam a todas as exigências deste Edital e da legislação a ele correlata, inclusive quanto à documentação, e que estejam devidamente credenciadas, através do site <https://licitanet.com.br/>.

**3.6.** Para efeitos desta Dispensa Eletrônica, fica determinado, como condição de validade e eficácia, que todos os atos, manifestações e procedimentos praticados pelos licitantes, sejam feitos, produzidos, e comunicados em formato e por meio eletrônico, e exclusivamente pela Plataforma/Sistema Eletrônico, através do site <https://licitanet.com.br/>.

**3.7.** Será concedido tratamento diferenciado para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte e para as sociedades cooperativas mencionadas no art. 16 da Lei nº 14.133/2021.

**3.7.1.** Não será concedido o tratamento diferenciado para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, ao item cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como Empresa de Pequeno Porte.

**3.7.2.** A obtenção de benefícios a que se refere o item 3.7. fica limitada às Microempresas e às Empresas de Pequeno Porte que, no ano-calendário de realização desta Dispensa Eletrônica, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como Empresa de Pequeno Porte.

**3.8.** A participação nesta licitação importa à proponente na irrestrita aceitação das condições estabelecidas no presente Edital, bem como, a observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis, inclusive quanto a recursos. A não observância destas condições ensejará no sumário IMPEDIMENTO da proponente, no referido certame.

**3.9.** Não cabe aos licitantes, após sua abertura, alegação de desconhecimento de seus itens ou reclamação quanto ao seu conteúdo. Antes de elaborar suas propostas, os licitantes deverão ler atentamente o Edital e seus anexos, devendo estar em conformidade com as especificações do Termo de Referência – Anexo I.

**3.10.** Como requisito para participação nesta DISPENSA ELETRÔNICA o licitante deverá manifestar, em campo próprio do Sistema Eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta de preços está em conformidade com as exigências do instrumento



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PERDIZES**

**Av. Gercino Coutinho, 20 Centro - Perdizes – MG**

**CNPJ: 18.140.772/0001-94**

convocatório, bem como a descritiva técnica constante do Termo de Referência – Anexo I.

**3.11.** Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação de proposta implica submissão a todas as condições estipuladas neste Edital e seus Anexos, sem prejuízo da estrita observância das normas contidas na legislação mencionada em seu preâmbulo.

**3.12.** A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital e na Lei nº 14.133/2021 e demais leis aplicáveis à espécie.

**3.13.** A participação se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio da Plataforma Eletrônica, observada data e horários limite estabelecidos.

**3.14.** Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas serão de responsabilidade exclusiva do licitante, não sendo do Município de Perdizes, em nenhuma hipótese responsável pelos mesmos. O licitante também é o único responsável pelas transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, ou pela sua eventual desconexão.

**3.15.** Os licitantes interessados deverão proceder ao credenciamento antes da data marcada para início da sessão pública via internet.

**3.15.1.** O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico, no site: <https://licitanet.com.br/>.

**3.15.2.** O credenciamento junto ao provedor do Sistema implica na responsabilidade legal única e exclusiva do licitante, ou de seu representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a essa dispensa Eletrônica.

**3.15.3.** O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do Sistema, ou do Município de Perdizes, promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que, por terceiros.

**3.15.4.** A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas ao provedor do Sistema para imediato bloqueio de acesso.

## **4. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS**

**4.1.** A participação dos interessados, no dia e hora fixados para a abertura das propostas dar-se-á por meio de digitação da senha privativa da licitante e subsequente encaminhamento da proposta, exclusivamente por meio eletrônico, não sendo aceitas quaisquer propostas por forma diversa.

**4.2.** A proposta deverá ser apresentada em Papel com timbre da empresa constando, de modo legível, o valor cotado em reais (R\$) – unitário e total;

**4.3.** Prazo de validade da proposta deve ser de no mínimo de 60 dias.

**4.3.1.** A proposta que não estipular o prazo de validade será considerada válida por 60 dias.

**4.4.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PERDIZES**

**Av. Gercino Coutinho, 20 Centro - Perdizes – MG**

**CNPJ: 18.140.772/0001-94**

indiretamente na prestação dos serviços;

**4.5.** É facultado ao órgão que lança o presente termo, em qualquer fase do procedimento, a promoção de diligências destinadas a esclarecer ou completar a instrução do procedimento licitatório, ou solicitar esclarecimentos adicionais aos licitantes, que deverão ser satisfeitos no prazo máximo de 24 horas.

**4.6.** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de fornecer os itens nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

**4.7.** Uma vez enviada a proposta, os fornecedores NÃO poderão retirá-la, substituí-la ou modificá-la;

## **5. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO**

**5.1.** O julgamento será feito pelo critério de **MENOR PREÇO POR LOTE ÚNICO**, observadas as especificações técnicas e parâmetros mínimos de qualidade definidos no Termo de Referência.

**5.1.1. JUSTIFICATIVA/MOTIVAÇÃO:** A adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR LOTE ÚNICO** justifica-se em razão das características técnicas, operacionais e econômicas do objeto pretendido, consistente na aquisição de equipamentos e acessórios para captação de imagens, produção audiovisual e comunicação institucional destinados ao Setor de Comunicação, Cerimonial e Eventos do Município de Perdizes-MG. Inicialmente, registra-se que a definição do critério de julgamento e da forma de adjudicação constitui competência discricionária da Administração Pública, desde que devidamente motivada, observados os princípios da legalidade, eficiência, economicidade, competitividade, razoabilidade e seleção da proposta mais vantajosa. No caso concreto, os equipamentos e acessórios que compõem o objeto possuem relação de complementaridade funcional e operacional, destinando-se à formação de um conjunto integrado voltado à captação de imagens, gravação de áudio, produção audiovisual, cobertura institucional, divulgação de atos oficiais, comunicação governamental e suporte aos eventos promovidos pela Administração Municipal. A contratação por lote único visa assegurar a compatibilidade técnica entre os equipamentos principais e seus respectivos acessórios, bem como garantir a interoperabilidade tecnológica, a uniformidade dos recursos operacionais, a integração dos componentes e a padronização do conjunto a ser adquirido, fatores indispensáveis para o adequado desempenho das atividades desenvolvidas pelo Setor de Comunicação, Cerimonial e Eventos. A eventual divisão do objeto em itens independentes poderia resultar no fornecimento de equipamentos, acessórios e componentes de fabricantes, modelos ou especificações distintas, gerando riscos de incompatibilidade técnica, dificuldades de integração operacional, limitações de funcionamento conjunto, prejuízos à padronização tecnológica e aumento dos custos administrativos de gestão, fiscalização e acompanhamento contratual. Além disso, a contratação de fornecedor único proporciona maior eficiência na execução contratual, simplificando os procedimentos de recebimento, conferência, fiscalização, acionamento de garantias, assistência técnica, suporte operacional e eventual substituição de equipamentos ou acessórios defeituosos, permitindo a identificação objetiva de responsabilidades e reduzindo riscos de conflitos decorrentes da participação de múltiplos fornecedores. Sob o aspecto econômico, a contratação por lote único possibilita a obtenção de economia de escala, uma vez que o volume global da contratação tende a proporcionar condições comerciais mais vantajosas, com redução dos custos logísticos, administrativos e operacionais, refletindo diretamente na obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública. Importante destacar que o agrupamento dos itens em lote único não compromete a competitividade do procedimento. A análise de mercado realizada pela





# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PERDIZES**

**Av. Gercino Coutinho, 20 Centro - Perdizes – MG**

**CNPJ: 18.140.772/0001-94**

Administração demonstrou a existência de diversas empresas especializadas aptas a fornecer integralmente todos os equipamentos e acessórios que compõem o objeto, circunstância que preserva a ampla concorrência e assegura a participação de potenciais interessados em condições de igualdade. Ademais, a adoção do lote único encontra respaldo nos princípios da eficiência, economicidade, planejamento, padronização e vantajosidade da contratação, permitindo melhor gestão contratual e maior qualidade dos bens fornecidos, sem prejuízo à competitividade do certame. Por fim, nos termos do § 3º do art. 40 da Lei Federal nº 14.133/2021, o parcelamento não será adotado quando a análise técnica demonstrar que a contratação integrada proporciona maior vantagem para a Administração Pública ou quando o objeto configurar conjunto funcional cuja fragmentação possa comprometer sua adequada execução. No presente caso, os equipamentos e acessórios destinados à captação de imagens, produção audiovisual e comunicação institucional apresentam relação de complementaridade operacional, compatibilidade tecnológica, integração funcional e utilização conjunta, circunstâncias que recomendam seu fornecimento por um único contratado, de forma a assegurar padronização, eficiência operacional, adequada gestão das garantias, economia de escala e maior vantajosidade para a Administração Pública. Dessa forma, conclui-se que o julgamento pelo critério de **MENOR PREÇO POR LOTE ÚNICO** mostra-se técnica, operacional e economicamente mais adequado para atendimento do interesse público, observando-se os princípios que regem as contratações públicas e as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.

**5.2.** A análise das propostas visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, sendo desclassificadas as propostas:

**5.2.1.** Cujo objeto não atenda às especificações, prazos e condições fixados neste Edital;

**5.2.2.** Que apresentem preço ou vantagem baseados exclusivamente em proposta ofertadas pelos demais licitantes;

**5.2.3.** Que contiverem cotação de objeto diverso daquele constante neste Edital.

**5.3.** As propostas serão classificadas de acordo com menor proposta e caso não haja a manifestação de interesse, será selecionado a menor proposta de acordo com os orçamentos prévios realizados.

## **6. DA DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA**

**6.1.** Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, será examinada a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

### **6.2. PARA COMPROVAR HABILITAÇÃO JURÍDICA**

**6.2.1.** No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede ou.

**6.2.2.** Ato constitutivo - Estatuto ou Contrato Social - e alterações em vigor<sup>1</sup>, devidamente registradas e arquivadas na repartição competente, para as Sociedades Comerciais, e, em se tratando de Sociedades por Ações ou;

**6.2.3.** Inscrição do ato constitutivo, no caso de Sociedades Civis ou;



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PERDIZES**

**Av. Gercino Coutinho, 20 Centro - Perdizes – MG**

**CNPJ: 18.140.772/0001-94**

**6.2.4.** Decreto de autorização, em se tratando de empresas ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir ou;

**6.2.5.** Em se tratando de Microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br), ou;

**6.2.6.** No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede; O contrato social consolidado dispensa a apresentação do contrato original e das alterações anteriores, devendo ser apresentadas alterações posteriores ainda não consolidadas.

**6.2.7.** No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembléia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764 de 1971.

## **6.3. PARA COMPROVAR REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA**

**6.3.1.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ/MF;

**6.3.2.** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal se houver relativo à sede ou domicílio do licitante pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

**6.3.3.** Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante mediante apresentação de certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa, emitida pela Secretaria competente do Município, ou outra equivalente, na forma da lei;

**6.3.4.** Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, mediante apresentação de certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa, emitida pela Secretaria competente do Estado, ou outra equivalente, na forma da lei;

**6.3.5.** Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, ou outra equivalente, na forma da lei;

**6.3.6.** Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) emitido pela Caixa Econômica Federal, na qualidade de Agente Operador, nos termos do inciso V, do art. 7º da Lei nº 8.036/1990.

**6.3.7.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa, nos termos do Título VII-A da Constituição das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5452, de 01 de maio de 1943. (CNDT expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>), de acordo com a Lei 12440/11 de 7 de julho de 2011).



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PERDIZES**

**Av. Gercino Coutinho, 20 Centro - Perdizes – MG**

**CNPJ: 18.140.772/0001-94**

**6.3.8.** Declaração de que o interessado não possui trabalhadores menores de 18 anos realizando trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, na forma da Lei.

## **6.4. PARA COMPROVAR QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**6.4.1.** Apresentação de certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo Cartório Distribuidor da sede do licitante.

**6.4.1.1. JUSTIFICATIVA/MOTIVAÇÃO PARA A EXIGÊNCIA DE CERTIDÃO NEGATIVA DE FEITOS SOBRE FALÊNCIA:** A exigência de apresentação de Certidão Negativa de Feitos sobre Falência, expedida pelo distribuidor da sede da licitante, tem por finalidade verificar a situação econômico-financeira da empresa participante, assegurando à Administração Pública a contratação de fornecedor que possua condições mínimas de estabilidade financeira para cumprir adequadamente as obrigações assumidas. A medida busca reduzir riscos de inexecução contratual, atrasos na entrega dos bens, interrupção do fornecimento, descumprimento de garantias e demais prejuízos ao interesse público decorrentes de eventual incapacidade financeira do contratado. Trata-se de exigência expressamente autorizada pela Lei Federal nº 14.133/2021, constituindo mecanismo legítimo de aferição da capacidade econômico-financeira do licitante, compatível com a natureza e os riscos inerentes à contratação pretendida. Além disso, a apresentação da referida certidão não restringe indevidamente a competitividade do certame, por consistir em documento de obtenção ordinária e amplamente acessível às empresas regularmente constituídas, observando-se os princípios da razoabilidade, proporcionalidade, isonomia e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

## **6.5. DEMAIS DOCUMENTOS PARA COMPROVAR HABILITAÇÃO – DECLARAÇÕES**

**6.5.1.** Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação sendo que o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;

**6.5.2.** Declaração que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

**6.5.3.** Declaração de que a empresa não se acha declarada inidônea para licitar e contratar com a Administração Pública ou suspensão do direito de licitar ou contratar com o Município de Perdizes-MG;

**6.5.4.** Declaração atestando que a empresa licitante não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista;

**6.5.5.** Declaração de Enquadramento como Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP).

**6.5.6.** Declaração de Regularidade na Contratação de Aprendizizes.

**6.5.7.** Declaração de Regularidade na Contratação de Pessoas com Deficiência e Reabilitados na Previdência Social.

## **7. DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

**7.1.** Caso a empresa possua pendência nas certidões de regularidade fiscal/trabalhista, poderá ser concedido o prazo de 05 Dias Úteis conforme disposto no §1º Art 43 da LC 123/2006 para apresentação de certidões válidas no sistema.





# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PERDIZES**

**Av. Gercino Coutinho, 20 Centro - Perdizes – MG**

**CNPJ: 18.140.772/0001-94**

## **8. DA AUTORIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

**8.1.** Encerradas a etapa de julgamento e de habilitação, o processo será encaminhado à autoridade superior para autorização da contratação direta pela autoridade competente, observado o disposto no inciso VIII do art. 72 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **9. LOCAL E PRAZO DE ENTREGA**

**9.1. Local e horários de Entrega:** Sede da Prefeitura Municipal de Perdizes-MG, localizado na Avenida Gercino Coutinho, nº 20, Centro, **Perdizes-MG, CEP.38170-000, horário entre 08h00min a 11h00min ou entre 13h00min as 17h00min** conforme necessidade e solicitação do setor requisitante, emitida pela Prefeitura Municipal de Perdizes, sob pena de aplicação das penalidades previstas no Edital.

**9.2.** A entrega dos equipamentos e acessórios objeto da presente Dispensa Eletrônica deverá ser realizada de forma única, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias corridos, a contar do recebimento da Autorização de Fornecimento observando o item 7.1. do Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

## **10. PRAZO DO CONTRATO**

**10.1.** O prazo de vigência do contrato será de 6 (seis) meses, contados a partir da assinatura do contrato ou da emissão da autorização de fornecimento, período necessário para o fornecimento, entrega, recebimento definitivo dos equipamentos e cumprimento das obrigações decorrentes da garantia e demais condições estabelecidas no instrumento contratual.

**10.2.** Por se tratar de aquisição de bens com objeto de natureza não continuada, a contratação não Demandará prorrogação de prazo, exceto nas hipóteses legalmente previstas e devidamente justificadas, onservadas as disposições da Lei nº 14.133/2021.

**10.3.** O **CONTRATANTE** terá a opção de extinguir o contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem, nos termos do inciso III, do art. 106 da Lei nº 14.133/2021.

## **11. OBRIGAÇÕES DAS PARTES ENVOLVIDAS:**

### **11.1. SÃO OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

**11.1.1.** Realizar o objeto deste Edital de acordo com as normas legais ficando a seu cargo todas as despesas, diretas e indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus ao **CONTRATANTE**, observando sempre as especificações dos equipamentos e acessórios a serem fornecidos.

**11.1.2.** Responder pelos danos causados diretamente ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da entrega dos equipamentos e acessórios, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo **CONTRATANTE**.

**11.1.3.** Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração seja qual for, desde que praticada por seus técnicos durante a entrega dos equipamentos e acessórios ainda que no recinto do **CONTRATANTE**.



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PERDIZES**

**Av. Gercino Coutinho, 20 Centro - Perdizes – MG**

**CNPJ: 18.140.772/0001-94**

**11.1.4.** Efetuar a entrega dos equipamentos e acessórios ao **CONTRATANTE**, dentro dos parâmetros estabelecidos, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e, inclusive, às recomendações aceitas pela boa técnica.

**11.1.5.** Efetuar a entrega dos equipamentos e acessórios de acordo com as especificações e demais condições estipuladas no Termo de Referência – Anexo I deste Edital e no contrato.

**11.1.6.** Acatar as orientações do **CONTRATANTE**, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas.

**11.1.7.** Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas no Processo Licitatório a ser instaurado.

**11.1.8.** Responder pelas despesas resultantes de quaisquer ações, demandas decorrentes de danos seja por culpa sua ou quaisquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, outrossim, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais de terceiros, que lhes venham a ser exigidas por força de Lei, ligadas ao cumprimento deste Edital.

**11.1.9.** Atender prontamente quaisquer exigências do representante do **CONTRATANTE** inerente ao objeto deste Edital.

**11.1.10.** Comunicar ao **CONTRATANTE**, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários.

**11.1.11.** Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem subcontratar qualquer parte do contrato.

**11.1.12.** Comunicar ao **CONTRATANTE** os eventuais casos fortuitos e de força maior, que comprometam a execução do contrato, dentro do prazo de 02 (dois) dias úteis após a verificação do fato e apresentar os documentos para a respectiva aprovação, em até 5 (cinco) dias consecutivos, a partir da data de sua ocorrência, sob a pena de não serem considerado.

**11.1.13.** Ser responsável, em relação a si e aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da execução do objeto deste Edital, tais como: a) salários; b) seguros de acidente; c) taxas, impostos e contribuições; d) indenizações; e) deslocamentos; e, f) todas as demais despesas, que incidam ou venham a incidir para a entrega efetiva dos bens.

**11.1.14.** Responsabilizar-se pela perfeita execução/entrega dos itens objeto deste Edital, obrigando-se a prestar assistência técnica necessária para assegurar boa funcionalidade dos equipamentos.

**11.1.15.** Assumir a responsabilidade por todos os encargos trabalhistas, previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o **CONTRATANTE**.

**11.1.15.1.** A inadimplência da **CONTRATADA** em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá ao **CONTRATANTE** a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto deste Edital.



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PERDIZES**

**Av. Gercino Coutinho, 20 Centro - Perdizes – MG**

**CNPJ: 18.140.772/0001-94**

**11.1.16.** Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os itens em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, imediatamente ou no prazo estabelecido, sem qualquer custo adicional ao **CONTRATANTE**.

**11.1.17.** Ao longo de toda a execução do contrato, a **CONTRATADA** deverá cumprir a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas.

**11.1.17.1.** Sempre que solicitado pela Administração, a **CONTRATADA** deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos a que se refere o subitem 11.1.17., com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas.

**11.1.18.** Utilizar de forma privativa e confidencial, os documentos fornecidos pelo **CONTRATANTE**.

**11.1.19.** Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as orientações do **CONTRATANTE**, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas, quando for o caso.

**11.1.19.1.** Relatar ao **CONTRATANTE** toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços.

## **11.2. DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE PERDIZES (CONTRATANTE):**

**11.2.1.** Efetuar os pagamentos devidos à **CONTRATADA** nas condições estabelecidas neste Edital e no contrato.

**11.2.2.** Proporcionar todas as facilidades para que a **CONTRATADA** possa realizar a entrega dos itens solicitados de acordo com o objeto deste Edital e do contrato.

**11.2.3.** Acompanhar e fiscalizar a entrega dos itens solicitados de acordo com o objeto deste Edital e do contrato.

**11.2.4.** Emitir, por intermédio do setor competente do **CONTRATANTE**, pareceres em todos os atos relativos aos produtos que não apresentarem a qualidade técnica necessária, em especial quanto às suas especificações.

**11.2.5.** Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto deste Edital e do contrato que venham a ser solicitados pela **CONTRATADA**.

**11.2.6.** Prestar documentos e informações precisas sobre o planejamento, objetivos e outros dados necessários à adequada execução contratual.

**11.2.7.** Comunicar à **CONTRATADA** toda e qualquer ocorrência relacionada à execução do objeto deste Edital e do contrato.

**11.2.8.** Recusar os itens que a **CONTRATADA** entregar em desacordo com as especificações deste Edital e do contrato.

**11.2.9.** Fornecer todos os documentos, informações e demais elementos que possuir e que sejam pertinentes à execução do objeto contratado.

**11.2.10.** Receber provisória e definitivamente os bens/materiais fornecidos, nas formas definidas neste Edital e no contrato.



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PERDIZES**

**Av. Gercino Coutinho, 20 Centro - Perdizes – MG**

**CNPJ: 18.140.772/0001-94**

**11.2.11.** Emitir ordem de fornecimento e entrega dos bens/materiais.

**11.2.12.** Decidir acerca das questões que se apresentarem durante a execução contratual e a entrega dos materiais.

**11.2.13.** Emitir decisão expressa sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução deste Edital e do contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou destituídos de interesse para a boa execução contratual.

**11.2.14.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, de acordo com as cláusulas contratuais, as disposições deste Edital e os termos de sua proposta.

**11.2.15.** Notificar a **CONTRATADA**, por escrito, acerca da ocorrência de eventuais imperfeições, vícios, defeitos ou irregularidades constatadas nos bens fornecidos, fixando prazo para a sua correção, substituição ou saneamento.

**11.2.16.** Zelar para que, durante toda a vigência do contrato, sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, todas as condições exigidas para a contratação.

**11.2.17.** Manter meio de comunicação formal, preferencialmente por correio eletrônico, para encaminhamento de solicitações, ordens de fornecimento, notificações e demais comunicações relacionadas à execução contratual.

## **12. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**12.1.** As despesas para a aquisição do objeto serão vinculadas à conta dos recursos consignados na seguinte dotação orçamentária:

<b>Unidade</b>	<b>Classificação</b>	<b>Descrição</b>	<b>Ficha</b>
02 01 01	04 131 0016 2.0017 339030	Material de consumo	95
02 01 01	04 131 0016 2.0017 449052	Equipamentos e material permanente	1.174

## **13. DO PAGAMENTO:**

**13.1.** O pagamento será efetuado 30 (trinta) dias após a entrega dos bem(ns)/produto(s) objeto deste Edital, por ordem bancária, mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura, e o visto do setor competente do Município de Perdizes, comprovando a entrega.

**13.2.** A Nota Fiscal/Fatura emitida pela **CONTRATADA** deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do nº do processo, nº da Dispensa Eletrônica e da Ordem de Fornecimento, a fim de se acelerar o trâmite de recebimento do material e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

**13.3.** A Nota Fiscal deverá ser emitida obrigatoriamente pela forma eletrônica de acordo com o Inciso I, Cláusula Segunda do Protocolo ICMS 42, de 03 de julho de 2009.

**13.4.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.





# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PERDIZES**

**Av. Gercino Coutinho, 20 Centro - Perdizes – MG**

**CNPJ: 18.140.772/0001-94**

**13.5.** O pagamento será processado com a emissão de ordem de pagamento física ou eletrônica, ou ainda por transferência eletrônica via sistema de internet banking, com assinaturas legais físicas ou eletrônicas dos titulares das contas bancárias.

**13.6.** Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA** enquanto pendente de liquidação ou qualquer obrigação financeira decorrente de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços e/ou valores.

## **14. DAS INFRAÇÕES CONTRATUAIS E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**14.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a **CONTRATADA** que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**14.2.** Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- a) Advertência, quando a **CONTRATADA** der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);
- b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Edital e Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);
- c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Edital e Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei);
- d) Multa:
  - I. moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o período de 30 (trinta) dias;
  - II. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021.
  - III. compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

**14.3.** A aplicação das sanções previstas neste Edital e Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao **CONTRATANTE** (art. 156, §9º).

**14.4.** Todas as sanções previstas neste Edital e Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PERDIZES**

**Av. Gercino Coutinho, 20 Centro - Perdizes – MG**

**CNPJ: 18.140.772/0001-94**

**14.4.1.** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157).

**14.4.2.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

**14.4.3.** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**14.5.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à **CONTRATADA**, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**14.6.** Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o **CONTRATANTE**;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**14.7.** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

**14.8.** A personalidade jurídica da **CONTRATADA** poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Edital e Contrato ou para provocar confusão patrimonial e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a **CONTRATADA**, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160).

**14.9.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

## **15. DA EXTINÇÃO DO CONTRATO**

**15.1.** Constituirão motivos para a extinção do contrato as situações previstas no art. 137 da Lei nº 14.133/2021, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa à **CONTRATADA**.

**15.2.** A extinção do contrato poderá ser:

- a) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- b) Consensual, por acordo entre as partes, desde que haja interesse da Administração;
- c) Determinada por decisão judicial.



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PERDIZES**

**Av. Gercino Coutinho, 20 Centro - Perdizes – MG**

**CNPJ: 18.140.772/0001-94**

**15.2.1.** A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

## **16. DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO**

**16.1.** Poderá o MUNICÍPIO DE PERDIZES revogar o presente Edital da Intenção de Dispensa de Licitação, no todo ou em parte, por conveniência administrativa e interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente justificado.

**16.2.** O MUNICÍPIO DE PERDIZES deverá anular o presente Edital da Intenção de Dispensa de Licitação, no todo ou em parte, sempre que acontecer ilegalidade, de ofício ou por provocação.

**16.3.** A anulação do procedimento de Edital da Intenção de Dispensa de Licitação não gera direito à indenização, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 71 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**16.4.** Após a fase de classificação das propostas, não cabe desistência da mesma, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Município.

## **17. INFORMAÇÕES**

**17.1.** Para obter maiores informações sobre como participar da Dispensa Eletrônica, o contato poderá ser realizado através do e-mail [licitacao@perdizes.mg.gov.br](mailto:licitacao@perdizes.mg.gov.br).

## **18. FORO**

**18.1.** Fica eleito o foro da Comarca de Perdizes/MG para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes da realização desta contratação.

Perdizes/MG, 12 de junho de 2026.

---

**Flamarion Alves Carvalho**  
**Chefe do Setor de Licitações**



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PERDIZES**

**Av. Gercino Coutinho, 20 Centro - Perdizes – MG**

**CNPJ: 18.140.772/0001-94**

## **ANEXO I**

### **TERMO DE REFERÊNCIA**

#### **1.ÓRGÃO INTERESSADO E LOCALIZAÇÃO:**

1.1.Órgão Interessado: Prefeitura Municipal de Perdizes-MG – através da Secretaria Municipal de Fazenda, localizada na Av. Gercino Coutinho, nº 20, Centro, CEP 38.170-000.

#### **2.DO OBJETO:**

**2.1.AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E ACESSÓRIOS PARA CAPTAÇÃO DE IMAGENS, PRODUÇÃO AUDIOVISUAL E COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL, DESTINADOS AO SETOR DE COMUNICAÇÃO, CERIMONIAL E EVENTOS, VISANDO AO DESEMPENHO DAS ATIVIDADES E AO SUPORTE DOS EVENTOS PROMOVIDOS PELA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL,** de acordo com as especificações detalhadas nos anexos, que fazem parte desse objeto.

#### **3. NATUREZA, ESPECIFICAÇÃO, QUANTITAVO, PRAZO DO CONTRATO E PRORROGAÇÃO:**

##### **3.1.Natureza do Objeto:**

3.1.1. O(s) bem(ns)/produto(s) objeto desta contratação é(são) caracterizado(s) como comum(ns), pois apresenta(m) padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado; conforme definido nos arts. 1º e 3º, III, do Decreto Municipal nº 3.370, de 04 de abril de 2023.

3.1.2. A contratação será realizada por meio de Dispensa de Licitação, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, observando os princípios da legalidade, economicidade, eficiência e interesse público, a aquisição dos bens ainda será através do critério de julgamento por lote único.

3.1.3.Os equipamentos deverão ser fornecidos em conformidade com as especificações mínimas exigidas pela Administração, observando critérios de qualidade, desempenho, compatibilidade e garantia, de modo a atender adequadamente às necessidades operacionais do setor.

3.1.4.O prazo de vigência contratual será de 06 (seis) meses, contados a partir da assinatura do contrato ou da emissão da autorização de fornecimento, período necessário para o fornecimento, entrega, recebimento definitivo dos equipamentos e cumprimento das obrigações decorrentes da garantia e demais condições estabelecidas no instrumento contratual.

3.1.5.Por se tratar de aquisição de bens com objeto de natureza não continuada, a contratação não demandará prorrogação de prazo, exceto nas hipóteses legalmente previstas e devidamente justificadas, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.

3.1.6.Os quantitativos foram definidos com base nas demandas atualmente identificadas pela Administração, considerando a necessidade de modernização e adequação da estrutura tecnológica utilizada nas atividades de comunicação, cobertura de eventos e produção de conteúdos institucionais.

3.1.7.Os bens/produtos a serem licitados devem conter as seguintes especificações e quantidades:





# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PERDIZES**

**Av. Gercino Coutinho, 20 Centro - Perdizes – MG**

**CNPJ: 18.140.772/0001-94**

Item	Descrição	Quantidade	Código CATSER	Código do sistema
1	<b>DRONE PORTÁTIL COM CÂMERA</b> DRONE PORTÁTIL DOBRÁVEL EQUIPADO COM CÂMERA DE ALTA RESOLUÇÃO PARA CAPTURA DE FOTOS E VÍDEOS AÉREOS, ESTABILIZAÇÃO POR GIMBAL, SISTEMA DE TRANSMISSÃO DE IMAGEM EM TEMPO REAL, CONTROLE REMOTO DEDICADO E BATERIAS EXTRAS. DEVE POSSUIR RECURSOS DE VOO INTELIGENTE, GPS INTEGRADO E AUTONOMIA ADEQUADA PARA CAPTAÇÃO DE IMAGENS AÉREAS. ACOMPANHA ACESSÓRIOS PARA TRANSPORTE E OPERAÇÃO	1	611462	941905
2	<b>BASTÃO DE ILUMINAÇÃO LED RGB</b> BASTÃO DE ILUMINAÇÃO LED PORTÁTIL COM AJUSTE DE CORES RGB E CONTROLE DE TEMPERATURA DE COR ENTRE TONS QUENTE E FRIO. EQUIPAMENTO INDICADO PARA FOTOGRAFIA E GRAVAÇÃO DE VÍDEO, COM INTENSIDADE DE LUZ REGULÁVEL. ESTRUTURA RESISTENTE NA COR PRETA. DEVE ACOMPANHAR SOFTBOX/DIFUSOR, FONTE DE ALIMENTAÇÃO E BATERIAS RECARREGÁVEIS	2	626388	941906
3	<b>SMARTPHONE AVANÇADO</b> APARELHO SMARTPHONE DE ALTO DESEMPENHO COM ARMAZENAMENTO INTERNO MÍNIMO DE 256 GB, TELA DE ALTA RESOLUÇÃO, CÂMERA TRASEIRA MÚLTIPLA DE ALTA QUALIDADE PARA FOTOS E VÍDEOS, CONECTIVIDADE 5G, WI-FI E BLUETOOTH, SISTEMA OPERACIONAL ATUALIZADO, BATERIA DE LONGA DURAÇÃO E RECURSOS AVANÇADOS PARA CAPTURA E EDIÇÃO DE IMAGENS E VÍDEOS.	1	626069	941907
4	<b>MICROFONE SEM FIO DUPLO</b> SISTEMA DE MICROFONE SEM FIO DUPLO, COMPOSTO POR DOIS TRANSMISSORES E UM RECEPTOR, INDICADO PARA GRAVAÇÕES DE VÍDEO, ENTREVISTAS E PRODUÇÃO DE CONTEÚDO. DEVE POSSUIR CONEXÃO COMPATÍVEL COM DISPOSITIVOS MÓVEIS (USB-C E LIGHTNING) E CÂMERAS, CAPTAÇÃO DE ÁUDIO DE ALTA QUALIDADE, ESTOJO DE CARREGAMENTO E ACESSÓRIOS PARA FIXAÇÃO.	3	637244	941908
5	<b>TRIPÉ PARA CÂMERA E VÍDEO</b> TRIPÉ PORTÁTIL PARA FOTOGRAFIA E GRAVAÇÃO DE VÍDEO, ESTRUTURA LEVE E RESISTENTE, COM ALTURA AJUSTÁVEL E PÉS ANTIDERRAPANTES. DEVE POSSUIR CABEÇA ARTICULADA PARA MOVIMENTAÇÃO SUAVE DA CÂMERA, SISTEMA DE TRAVAMENTO SEGURO E COMPATIBILIDADE COM CÂMERAS E ACESSÓRIOS DE GRAVAÇÃO. INDICADO PARA USO EM VIAGENS E PRODUÇÕES AUDIOVISUAIS.	2	613407	941909
6	<b>SSD EXTERNO PORTÁTIL DE ALTA CAPACIDADE</b> UNIDADE DE ARMAZENAMENTO EXTERNO PORTÁTIL DO TIPO SSD, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 4 TB, CONEXÃO USB-C E COMPATIBILIDADE COM INTERFACE USB DE ALTA VELOCIDADE. DEVE OFERECER ALTAS TAXAS DE LEITURA E GRAVAÇÃO DE DADOS, ESTRUTURA RESISTENTE PARA TRANSPORTE E USO EM EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E PRODUÇÃO AUDIOVISUAL	2	624189	941910
7	<b>BOLSA PARA TRANSPORTE DE TRIPÉS DE ILUMINAÇÃO</b> BOLSA PARA TRANSPORTE E ARMAZENAMENTO DE TRIPÉS E ACESSÓRIOS DE ILUMINAÇÃO DE ESTÚDIO, CONFECCIONADA EM MATERIAL RESISTENTE, COM FECHAMENTO SEGURO E ALÇAS PARA TRANSPORTE.	1	465487	941911



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PERDIZES**

**Av. Gercino Coutinho, 20 Centro - Perdizes – MG**

**CNPJ: 18.140.772/0001-94**

	DEVE POSSUIR COMPRIMENTO APROXIMADO DE 110 CM E ESPAÇO INTERNO ADEQUADO PARA ACOMODAR TRIPÊS E SUPORTES DE ILUMINAÇÃO.			
--	--	--	--	--

O Município está elaborando catálogo eletrônico de padronização de compras conforme previsto no art. 4º do Decreto Municipal nº 3.371, de 04 de abril de 2023, porém ainda não finalizado. Segundo o § 1º do referido Decreto, enquanto não for elaborado o catálogo, será adotado nos termos dos arts. 19, inciso II e 80, ambos da Lei nº 14.133/2021, os Catálogos do Governo Federal, (CATMAT – Catálogo de Materiais e CATSER - de Serviços). Os códigos CATMAT e CATSER encontram-se indicados na coluna 4 da tabela a cima, no tópico 3.1.7. deste Termo de Referência.

#### **4. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:**

O Setor de Comunicação, Cerimonial e Eventos desempenha papel fundamental na organização, divulgação e execução das ações institucionais promovidas por esta Administração, sendo responsável pela cobertura de eventos oficiais, produção de materiais gráficos e digitais, gerenciamento de mídias e suporte às atividades protocolares e cerimoniais do Município.

Diante da crescente demanda por serviços de comunicação visual, produção de conteúdo, transmissão de informações institucionais e organização de eventos públicos, faz-se necessária a aquisição de equipamentos de informática adequados e compatíveis com as atividades desenvolvidas pelo setor, garantindo maior eficiência, agilidade e qualidade na execução dos trabalhos.

Os equipamentos serão utilizados para edição de imagens e vídeos, elaboração de artes gráficas, gerenciamento de arquivos institucionais, planejamento e execução de eventos, além de possibilitar melhor suporte técnico e operacional durante as atividades realizadas pela Administração Municipal.

A aquisição também se justifica pela necessidade de modernização da estrutura tecnológica do setor, assegurando melhores condições de trabalho aos servidores, otimização dos processos administrativos e fortalecimento da comunicação institucional junto à população, contribuindo para maior transparência, organização e eficiência na prestação dos serviços públicos.

#### **5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERADO TODO O CICLO DE VIDA DO OBJETO:**

A solução proposta consiste na aquisição de equipamentos de informática destinados ao atendimento das demandas do Setor de Comunicação, Cerimonial e Eventos, visando garantir suporte adequado às atividades administrativas, operacionais e institucionais desenvolvidas pela Administração Municipal.

A contratação contempla o fornecimento de equipamentos novos, de primeiro uso, com especificações técnicas compatíveis com as necessidades do setor, permitindo a execução eficiente de atividades como produção e edição de conteúdos digitais, elaboração de materiais gráficos, gerenciamento de mídias institucionais, organização de eventos oficiais e suporte às ações de comunicação pública.

Considerando a natureza comum do objeto e os valores estimados para a contratação, a solução adotada será realizada por meio de Dispensa de Licitação, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, observando os princípios da legalidade, economicidade, eficiência e interesse público, a aquisição dos bens ainda será através do critério de julgamento por lote único, tendo em vista que é uma solução mais vantajosa para a Administração, considerando a



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PERDIZES**

**Av. Gercino Coutinho, 20 Centro - Perdizes – MG**

**CNPJ: 18.140.772/0001-94**

necessidade de garantir compatibilidade, padronização e integração entre os equipamentos de informática destinados ao Setor de Comunicação, Cerimonial e Eventos, além de proporcionar maior eficiência na gestão contratual, redução de custos administrativos e melhores condições comerciais em razão do fornecimento conjunto dos itens. Ressalta-se ainda que o agrupamento não compromete a competitividade, tendo em vista que os equipamentos possuem natureza correlata e são amplamente fornecidos por empresas especializadas do ramo.

A escolha pela aquisição definitiva dos equipamentos mostra-se mais vantajosa para a Administração, tendo em vista que os bens serão utilizados de forma contínua e permanente nas rotinas do setor, proporcionando maior durabilidade, autonomia operacional e redução de custos futuros com locações recorrentes.

A solução foi planejada considerando todo o ciclo de vida do objeto, abrangendo a aquisição, utilização, manutenção durante o período de garantia e adequada destinação ao final de sua vida útil, conforme normas aplicáveis. A contratação busca assegurar maior eficiência na execução dos serviços institucionais, melhoria das condições de trabalho dos servidores e fortalecimento das ações de comunicação e eventos promovidas pela Administração Municipal.

Dessa forma, a solução escolhida atende de maneira satisfatória às necessidades identificadas, apresentando viabilidade técnica e econômica, além de proporcionar melhores condições para o desempenho das atividades do Setor de Comunicação, Cerimonial e Eventos.

## **6. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA POTENCIAL CONTRATAÇÃO:**

### **6.1. SUBCONTRATAÇÃO:**

6.1.1. Fica vedada a subcontratação do fornecimento objeto do contrato nos termos do § 2º do art. 122 da Lei nº 14.133/2021.

6.1.2. **JUSTIFICATIVA/MOTIVAÇÃO:** O contrato administrativo é, em regra, por sua natureza, pessoal, daí por que cumprindo preceito constitucional, através da licitação, a Administração Pública examina a capacidade e a idoneidade da(o) contratada(o), cabendo-lhe executar pessoalmente o objeto do contrato, sem transferir as responsabilidades ou subcontratar, a não ser que haja autorização do contratante. Suas cláusulas e as normas de direito público regem-no diretamente, aplicando-se, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, numa perfeita miscigenação e sincronia. A Lei nº 14.133/2021 autoriza que a Administração avalie a conveniência de se permitir a subcontratação, respeitados os limites predeterminados, nos termos do art. 122, *verbis*: “Art. 122. Na execução do contrato e sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, o contratado poderá subcontratar partes da obra, do serviço ou do fornecimento até o limite autorizado, em cada caso, pela Administração. § 1º O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente. § 2º Regulamento ou edital de licitação poderão vedar, restringir ou estabelecer condições para a subcontratação. § 3º Será vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação”. Depreende-se do dispositivo supra que a subcontratação só é admitida quando autorizada no edital de licitação ou no contrato. O Município de Perdizes-MG, em consonância com o art. 122 da Lei nº 14.133/2021, entendeu pela conveniência de não se permitir a subcontratação. O objeto licitado é uma contratação simples. Assim sendo, considerando que a prerrogativa de se admitir, ou não, a subcontratação, bem como seus limites, compete à



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PERDIZES**

**Av. Gercino Coutinho, 20 Centro - Perdizes – MG**

**CNPJ: 18.140.772/0001-94**

Administração Pública; Considerando que a admissão da subcontratação poderá ocasionar dificuldades de gestão da aquisição do objeto licitado; Considerando as características da contratação e que existem inúmeras empresas no mercado atuando no ramo do objeto licitado; Considerando que a permissão de subcontratação da execução do contrato recai na discricionariedade da Administração, entende-se que é conveniente a vedação da subcontratação da execução do objeto deste Termo de Referência.

## **6.2. GARANTIA DA PROPOSTA E DA CONTRATAÇÃO:**

6.2.1. Não haverá exigência de garantia de proposta e de garantia contratual para a aquisição do(s) item(ns)/material(ais), uma vez que não se trata de licitação de grande vulto.

## **6.3. ALTERAÇÃO SUBJETIVA:**

6.3.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições da licitação; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade da licitação.

## **6.4. CONSÓRCIO E EMPRESAS CONTROLADORAS, CONTROLADAS OU COLIGADAS:**

6.4.1. Como se depreende do art. 15 da Lei nº 14.133/2021 a participação de empresas reunidas em consórcio poderá ser admitida ou não, e tal decisão cabe única e exclusivamente ao órgão promotor da licitação, pois esse juízo de oportunidade e conveniência encontra-se em sua margem de discricionariedade. A Doutrina e jurisprudência são unânimes em assentar que a permissão de empresas participarem da licitação pública reunidas em consórcio recai na discricionariedade da Administração, conforme dispõe os Acórdãos do Tribunal de Contas da União nº 1.240/2008 e nº 2831/2012 – TCU – Plenário.

Considerando que é ato discricionário da Administração diante da avaliação de conveniência e oportunidade no caso concreto; Considerando que o objeto licitado não possui nenhuma complexidade ou são de grandes dimensões; considerando que existem no mercado diversas empresas com potencial técnico, profissional e operacional suficiente para atender satisfatoriamente às exigências previstas neste edital; Considerando as características do mercado, as empresas podem sozinhas participar da licitação e posteriormente fornecer o objeto licitado; Considerando que a admissão do consórcio na licitação poderá ocasionar dificuldades de gestão do contrato; Considerado que ao contrário, permitir o consorciamento traria potencial risco de restrição à competição; Considerando que os Acórdãos nº 1.305/2013 - TCU - Plenário, nº 1.636/2007 - TCU - Plenário e nº 566/2006 - TCU - Plenário, são no sentido de que a permissão de empresas participarem da licitação pública reunidas em consórcio recai na discricionariedade da Administração; Enfim, não será admitida a participação de consórcios nesta licitação.

6.4.2. Por outro lado, nos termos do art. 14 da Lei nº 14.133/2021, não será permitida a participação neste certame de empresas que sejam controladoras, controladas, coligadas ou subsidiárias entre si, qualquer que seja a sua forma de constituição, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, uma vez que a admissão de sócios comuns em empresas diversas acaba por limitar a competitividade entre os licitantes concorrentes, através de acordos de eliminação da competição.

## **6.5. ALOCAÇÃO DE RISCOS PREVISTOS E PRESUMÍVEIS:**





# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PERDIZES**

**Av. Gercino Coutinho, 20 Centro - Perdizes – MG**

**CNPJ: 18.140.772/0001-94**

6.5.1. Nos termos do art. 22 da Lei nº 14.133/2021, fica dispensado no caso deste certame a realização de matriz de alocação de riscos entre o **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA**.

6.5.2. A responsabilidade pelos ônus financeiros decorrentes de situações futuras e incertas – riscos que possam ocorrer depois da apresentação da proposta na licitação – definindo a condição de equilíbrio econômico-financeiro do contrato será gerenciada pelo **CONTRATANTE**.

## **6.6. SUSTENTABILIDADE:**

6.6.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU;

6.6.2. Adotar durante a **execução do contrato, no que for aplicável**, as seguintes medidas de sustentabilidade ambiental, considerando os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias-primas, nos termos do art. 5º da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SLTI/MPOG):

- I. Emprego de materiais reciclados e biodegradáveis sempre que possível;
- II. Adoção de práticas que minimizem a emissão de compostos orgânicos voláteis;
- III. Inclusão de critérios que favoreçam a eficiência energética no processo produtivo;
- IV. Máximo de uso de produto recicláveis, para assim diminuir a quantidade de lixo produzido durante a fabricação, e fornecimento/entrega; e
- V. Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

6.6.3. A comprovação do disposto no item 6.6.2., poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências do Edital e deste Termo de Referência.

6.6.4. Fica estabelecido que, selecionada a proposta, antes da assinatura do contrato, em caso de inexistência de certificação que ateste a adequação, o órgão ou entidade contratante poderá realizar diligências para verificar a adequação do produto às exigências do ato convocatório, correndo as despesas por conta da licitante selecionada.

6.6.5. Caso não se confirme a adequação do produto, a proposta selecionada será desclassificada.

## **6.7. REQUISITOS DE HABILITAÇÃO:**

6.7.1. Para a habilitação nesta contratação exigir-se-á dos interessados, documentação relativa habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista (art. 68 da Lei 14.133/21), qualificação econômico-financeira (art. 69 da Lei 14.133/21).

## **6.8. OUTROS REQUISITOS:**

A futura contratação deverá observar os seguintes requisitos obrigacionais, visando garantir o adequado fornecimento dos equipamentos de informática destinados ao Setor de Comunicação, Cerimonial e Eventos:

### **6.8.1. Fornecimento dos Equipamentos:**



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PERDIZES**

**Av. Gercino Coutinho, 20 Centro - Perdizes – MG**

**CNPJ: 18.140.772/0001-94**

A contratada deverá fornecer equipamentos novos, de primeiro uso, em linha de fabricação, devidamente acondicionados em embalagem original do fabricante, sem sinais de avarias, uso ou violação.

## **6.8.2. Conformidade e Qualidade:**

Os equipamentos deverão atender integralmente às especificações técnicas constantes neste Estudo, observando padrões de qualidade, desempenho, compatibilidade e eficiência necessários à execução das atividades do setor.

## **6.8.3. Garantia:**

A contratada deverá disponibilizar garantia mínima conforme especificado para cada item, contada a partir do recebimento definitivo dos equipamentos, abrangendo assistência técnica, manutenção corretiva e substituição de peças defeituosas sem ônus para a Administração.

## **6.8.4. Prazo de Entrega:**

Os equipamentos deverão ser entregues no prazo estabelecido no instrumento convocatório, em perfeitas condições de funcionamento, no local indicado pela Administração.

## **6.8.5. Responsabilidade pelo Transporte:**

Todas as despesas relacionadas ao transporte, carregamento, descarregamento, seguros e demais encargos necessários para a entrega dos equipamentos correrão por conta da contratada.

## **6.8.6. Substituição de Equipamentos:**

A contratada deverá substituir, no prazo de 15 dias úteis, quaisquer equipamentos que apresentem defeitos, incompatibilidades, avarias ou desconformidade com as especificações exigidas.

## **6.8.7. Suporte e Assistência técnica:**

Quando aplicável, a contratada deverá prestar suporte técnico e assistência durante o período de garantia, assegurando o pleno funcionamento dos equipamentos adquiridos.

## **6.8.8. Cumprimento das Normas Aplicáveis:**

Os equipamentos fornecidos deverão estar em conformidade com as normas técnicas, de segurança e regulamentações vigentes aplicáveis ao objeto da contratação.

## **6.8.9. Responsabilidade Contratual:**

A contratada será responsável pelo fiel cumprimento das obrigações assumidas, respondendo administrativa, civil e legalmente por quaisquer irregularidades na execução do objeto contratado.

## **6.8.10. Recebimento dos Equipamentos:**

O recebimento provisório e definitivo ocorrerá mediante verificação das condições dos equipamentos e da conformidade com as especificações contratadas, podendo a Administração recusar itens que não atendam às exigências estabelecidas.



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PERDIZES**

**Av. Gercino Coutinho, 20 Centro - Perdizes – MG**

**CNPJ: 18.140.772/0001-94**

## **7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO/CONTRATO/CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO E DE EXECUÇÃO:**

7.1. A entrega do item/material, objeto deste Termo de Referência deverá ser realizada de **forma única, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias corridos**, a contar do recebimento da Autorização de Fornecimento, após a emissão da ACS (Autorização de Compras e Serviços) ou da Nota de Empenho, emitida pela Prefeitura Municipal de Perdizes, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste Termo de Referência e no Contrato, sendo que qualquer prazo superior a esse deverá ocorrer somente com a prévia autorização do **CONTRATANTE**.

7.2. Local e horários de Entrega: Prefeitura Municipal de Perdizes localizado na Avenida Gercino Coutinho, no bairro Centro, nº20, no horário de 08h às 11h e 13h às 17h, assim como indicado na Requisição/Autorização de Empenho ou outro instrumento hábil quando da solicitação da secretaria ou setor requisitante.

7.3. Os itens/materiais objeto desta contratação deverão ser entregues dentro dos parâmetros e de acordo com o Termo de Referência;

7.4. A **CONTRATADA** está sujeita à fiscalização no ato da entrega e posteriormente, reservando-se ao **CONTRATANTE**, através do responsável, o direito de não receber o item/material caso o mesmo não se encontre em condições satisfatórias.

7.5. Caso o item/material esteja fora das especificações será devolvido, mediante Termo de Recusa, sendo que a **CONTRATADA** terá o prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos para efetuar a troca dos itens que se encontrarem fora das especificações e/ou condições de consumo/uso; sendo às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Termo de Referência e no Contrato.

7.6. A **CONTRATADA** deverá cumprir obrigatoriamente o prazo e as solicitações do **CONTRATANTE**.

7.7. A **CONTRATADA** se responsabilizará por quaisquer despesas decorrentes do transporte e entrega do item/material.

7.8. Não serão aceitos itens/materiais em desconformidade com o objeto contratado.

7.9. A **CONTRATADA** não poderá transferir a outrem no todo ou em parte, as responsabilidades assumidas, sem prévia e expressa anuência do **CONTRATANTE**.

7.10. A **CONTRATADA** ficará obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência do contrato, mesmo que a entrega deles estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

7.11. Caso haja descontinuidade na produção de algum item/material, a critério do **CONTRATANTE**, poderá ser aceito modelo ou versão superiores, desde que não haja majoração de preço e que o novo produto atenda a todas as exigências do Edital e deste Termo de Referência.

7.12. O item/material deverá estar em suas respectivas embalagens originais e com a indicação do conteúdo do material, como: da marca/modelo, quantidade; na embalagem e/ou no próprio item/material, bem como das demais características que possibilitem a sua correta identificação.

7.13. Caso não seja atendida a solicitação e ou efetivada a execução do objeto dentro do prazo previsto, a **CONTRATADA** poderá ser objeto de aplicação das penalidades previstas neste Termo de Referência e no contrato.



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PERDIZES**

**Av. Gercino Coutinho, 20 Centro - Perdizes – MG**

**CNPJ: 18.140.772/0001-94**

7.14. Correrão por conta da **CONTRATADA** todas as despesas com embalagens, seguros, fretes, transportes, tributos, custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos itens/materiais objeto deste Termo de Referência.

## **8. GESTAO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

### **8.1. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

8.1.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.1.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

8.1.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a **CONTRATADA** devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

8.1.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

8.1.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa **CONTRATADA** para reunião inicial para apresentação do plano, que conterà informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da **CONTRATADA**, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

8.1.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei Nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

8.1.7. O(s) fiscal(is) do contrato acompanhará(ão) a sua execução, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração e anotar(ão) no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à sua execução, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

8.1.8. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o(s) fiscal(is) do contrato emitirá(ão) notificações para a correção da sua execução, determinando prazo para a correção.

8.1.9. O(s) fiscal(is) do contrato informará(ão) ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

8.1.10. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o(s) fiscal(is) do contrato comunicará(ão) o fato imediatamente ao gestor do contrato.

8.1.11. O(s) fiscal(is) do contrato comunicará(ão) ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação





# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PERDIZES**

**Av. Gercino Coutinho, 20 Centro - Perdizes – MG**

**CNPJ: 18.140.772/0001-94**

contratual;

8.1.12. O(s) fiscal(is) do contrato verificará(ao) a manutenção das condições de habilitação da **CONTRATADA**, acompanhará(ao) o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;

8.1.13. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o(s) fiscal(is) do contrato atuará(ao) tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

8.1.14. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da sua execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

8.1.15. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da **CONTRATADA**, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

8.1.16. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelo(s) fiscal(is) do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à sua execução e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

8.1.17. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelo(s) fiscal(is) quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

8.1.18. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

8.1.19. O(s) fiscal(is) do contrato comunicará(ao) ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

8.1.20. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

## **9. DESIGNAÇÃO DE FISCAIS E GESTOR**

9.1. A gestora do contrato será a Sra. Camila Supranzetti de Rezende, portadora do CPF sob o nº 044.\*\*\*.\*\*\*-73, nos termos da Lei nº 14.133/2021, para cumprir com as obrigações estipuladas nos decretos municipais e em todas as demais obrigações definidas por atos normativos próprios.

- O fiscal do contrato será o Sr. Emerson Roberto de Oliveira Junior, portador do CPF sob o nº 139.\*\*\*.\*\*\*-64, indicado(s) nos termos da Lei nº 14.133/2021.



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PERDIZES**

**Av. Gercino Coutinho, 20 Centro - Perdizes – MG**

**CNPJ: 18.140.772/0001-94**

9.2. A fiscalização do contrato não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por irregularidades, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior.

## **10. CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO, MEDIÇÃO E PAGAMENTO:**

### **10.1. Recebimento do(s) bem(ns)/produto(s):**

10.1.1. O(s) bem(ns)/produto(s) objeto deste Termo de Referência, será(ão) recebido(s) provisoriamente, de forma sumária, juntamente com a nota fiscal (ou instrumento de cobrança equivalente) e a nota de empenho ou outro instrumento hábil, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

10.1.2. O(s) bem(ns)/produto(s) objeto deste Termo de Referência, poderá(ão) ser rejeitado(s), no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de e 15 (quinze) dias corridos, a contar da notificação do Contratante, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

10.1.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 07 (sete) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da especificação, qualidade e quantidade do(s) bem(ns)/produto(s) objeto deste Termo de Referência e consequente aceitação mediante recibo aposto na Nota Fiscal respectiva e termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

10.1.4. O prazo para o recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

10.1.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à especificação, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133/2021, comunicando-se ao Contratado para emissão de Nota Fiscal no que for pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

10.1.6. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da Nota Fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

10.1.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### **10.2. Liquidação**

10.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente na unidade responsável pela liquidação, correrá o prazo de até 10 (dez) dias para fins de liquidação, podendo ser excepcionalmente prorrogado, justificadamente, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

10.2.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PERDIZES**

**Av. Gercino Coutinho, 20 Centro - Perdizes – MG**

**CNPJ: 18.140.772/0001-94**

10.2.2.1.o prazo de validade;

10.2.2.2. a data da emissão;

10.2.2.3.os dados do contrato e do órgão contratante;

10.2.2.4.o período respectivo de execução do contrato;

10.2.2.5.o valor a pagar; e

10.2.2.6.eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

10.2.2.6.1.O Contratado deverá emitir a Nota Fiscal/Fatura conforme legislação vigente, observando:

a) A retenção do imposto de renda deverá ser destacada no corpo do documento fiscal ou equivalente considerando os percentuais estabelecidos no ANEXO I da IN RFB Nº 1234 de 2012 de acordo com o artigo 1º, §1º do Decreto Municipal 18.272/23 e Portaria SMFA nº 11/2023 c/c §5º, artigo 2º da IN RFB Nº 1234.

b) As empresas optantes pelo Simples Nacional ou que se enquadrem em alguma hipótese de isenção ou não incidência DEVERÃO informar essa condição expressamente nos documentos fiscais, de acordo com o artigo 1º, §3º do Decreto Municipal 18.272/23 c/c artigo 4º da IN RFB Nº 1234.

10.2.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

10.2.4. A Administração deverá realizar consulta ao SUCAF e/ou SICAF e/ou CAGEF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

10.2.5. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente poderá ser acompanhado de documentação para comprovação da regularidade fiscal, social e trabalhista, caso esteja irregular.

10.2.6. Constatando-se a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

10.2.7. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

10.2.8. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SUCAF e/ou SICAF e/ou CAGEF.



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PERDIZES**

**Av. Gercino Coutinho, 20 Centro - Perdizes – MG**

**CNPJ: 18.140.772/0001-94**

## **10.3. Prazo de pagamento**

10.3.1. O pagamento **será efetuado 30 (trinta) dias após a entrega dos bem(ns)/produto(s) objeto deste Termo de Referência**, por ordem bancária, mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura, e o visto do setor competente do Município de Perdizes, comprovando a entrega.

10.3.2. A Nota Fiscal/Fatura emitida pela **CONTRATADA** deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do nº do processo, nº da Dispensa Eletrônica e da Ordem de Fornecimento, a fim de se acelerar o trâmite de recebimento do material e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

10.3.3. A Nota fiscal deverá ser emitida obrigatoriamente pela forma eletrônica de acordo com o Inciso I, Cláusula Segunda do Protocolo ICMS 42, de 03 de julho de 2009.

10.3.4. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

## **10.4. Forma de pagamento**

10.4.1. O pagamento será processado com a emissão de ordem de pagamento física ou eletrônica, ou ainda por transferência eletrônica via sistema de internet banking, com assinaturas legais físicas ou eletrônicas dos titulares das contas bancárias.

10.4.2. Nenhum pagamento será efetuado a **CONTRATADA** enquanto pendente de liquidação ou qualquer obrigação financeira decorrente de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços e/ou valores.

## **11. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:**

A seleção do fornecedor será realizada por meio de Dispensa de Licitação, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, em razão do valor estimado da contratação, observando-se os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade e interesse público.

A escolha da proposta mais vantajosa para a Administração ocorrerá mediante pesquisa de preços e análise das propostas apresentadas por empresas do ramo pertinente ao objeto, devidamente habilitadas e aptas ao fornecimento dos equipamentos de informática especificados neste Termo de Referência.

O critério de julgamento adotado será o de menor preço por lote único, considerando a necessidade de padronização dos equipamentos, compatibilidade entre os itens, otimização logística, garantia da uniformidade técnica e maior eficiência na gestão contratual.

Somente poderão participar empresas que comprovem regularidade jurídica, fiscal, trabalhista e capacidade técnica compatível com o objeto da contratação, conforme documentação exigida pela legislação vigente.

A contratação será formalizada com a empresa que apresentar proposta mais vantajosa e atender integralmente às exigências estabelecidas no processo administrativo, incluindo especificações técnicas, condições de fornecimento, prazos de entrega e garantias dos equipamentos.

## **12. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO:**



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PERDIZES**

**Av. Gercino Coutinho, 20 Centro - Perdizes – MG**

**CNPJ: 18.140.772/0001-94**

## **12.1. PARA COMPROVAR HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

12.1.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede ou;

12.1.2. Ato constitutivo - Estatuto ou Contrato Social - e alterações em vigor, devidamente registradas e arquivadas na repartição competente, para as Sociedades Comerciais, e, em se tratando de Sociedades por Ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, ou;

12.1.3. Inscrição do ato constitutivo, no caso de Sociedades Civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício, ou;

12.1.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresas ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

12.1.5. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br), ou;

12.1.6. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede.

12.1.7. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.

**OBSERVAÇÃO:** Os documentos em apreço deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

## **12.2. PARA COMPROVAR REGULARIDADE FISCAL SOCIAL E TRABALHISTA:**

12.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ/MF;

12.2.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal se houver relativo à sede ou domicílio do licitante pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

12.2.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante mediante apresentação de certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa, emitida pela Secretaria competente do Município, ou outra equivalente, na forma da lei;

12.2.4. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, mediante apresentação de certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa, emitida pela Secretaria competente do Estado, ou outra equivalente, na forma da lei;

12.2.5. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, ou outra equivalente, na forma da lei;





# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PERDIZES**

**Av. Gercino Coutinho, 20 Centro - Perdizes – MG**

**CNPJ: 18.140.772/0001-94**

12.2.6. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) emitido pela Caixa Econômica Federal, na qualidade de Agente Operador, nos termos do inciso V, do art. 7º da Lei nº 8.036/1990.

12.2.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa, nos termos do Título VII-A da Constituição das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5452, de 01 de maio de 1943. (CNDT expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>), de acordo com a Lei 12440/11 de 7 de julho de 2011).

12.2.8. Declaração de que o interessado não possui trabalhadores menores de 18 anos realizando trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, na forma da Lei.

## **12.3. DEMAIS DOCUMENTOS PARA COMPROVAR HABILITAÇÃO – DECLARAÇÕES:**

12.3.1. Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação sendo que o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;

12.3.2. Declaração que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

12.3.3. Declaração de que a empresa não se acha declarada inidônea para licitar e contratar com a Administração Pública ou suspensão do direito de licitar ou contratar com o Município de Perdizes-MG;

12.3.4. Declaração atestando que a empresa licitante não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista;

12.3.5. Declaração de Regularidade na Contratação de Aprendizizes.

12.3.6. Declaração de Regularidade na Contratação de Pessoas com Deficiência e Reabilitados da Previdência Social.

## **13. ESTIMATIVA DE PREÇOS / VALOR DA CONTRATAÇÃO:**

13.1. Considerando uma previsão contratual de 12 (doze) meses, o valor estimado do contrato é de **R\$ 47.138,19 (quarenta e sete mil e cento e trinta e oito reais e dezenove centavos)**.

Item	Código do Sistema	Descrição	Quantidade	Valor Unitário	Valor total
1	941905	<b>DRONE PORTÁTIL COM CÂMERA</b> DRONE PORTÁTIL DOBRÁVEL EQUIPADO COM CÂMERA DE ALTA RESOLUÇÃO PARA CAPTURA DE FOTOS E VÍDEOS AÉREOS, ESTABILIZAÇÃO POR GIMBAL, SISTEMA DE TRANSMISSÃO DE IMAGEM EM TEMPO REAL, CONTROLE REMOTO DEDICADO E BATERIAS EXTRAS. DEVE POSSUIR RECURSOS DE VOO INTELIGENTE, GPS INTEGRADO E AUTONOMIA ADEQUADA PARA CAPTAÇÃO DE IMAGENS AÉREAS. ACOMPANHA	1	R\$ 14.828,95	R\$ 14.828,95



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PERDIZES**

**Av. Gercino Coutinho, 20 Centro - Perdizes – MG**

**CNPJ: 18.140.772/0001-94**

		ACESSÓRIOS PARA TRANSPORTE E OPERAÇÃO			
2	941906	<b>BASTÃO DE ILUMINAÇÃO LED RGB</b> BASTÃO DE ILUMINAÇÃO LED PORTÁTIL COM AJUSTE DE CORES RGB E CONTROLE DE TEMPERATURA DE COR ENTRE TONS QUENTE E FRIO. EQUIPAMENTO INDICADO PARA FOTOGRAFIA E GRAVAÇÃO DE VÍDEO, COM INTENSIDADE DE LUZ REGULÁVEL. ESTRUTURA RESISTENTE NA COR PRETA. DEVE ACOMPANHAR SOFTBOX/DIFUSOR, FONTE DE ALIMENTAÇÃO E BATERIAS RECARREGÁVEIS	2	R\$ 1.513,66	R\$ 3.027,32
3	941907	<b>SMARTPHONE AVANÇADO</b> APARELHO SMARTPHONE DE ALTO DESEMPENHO COM ARMAZENAMENTO INTERNO MÍNIMO DE 256 GB, TELA DE ALTA RESOLUÇÃO, CÂMERA TRASEIRA MÚLTIPLA DE ALTA QUALIDADE PARA FOTOS E VÍDEOS, CONECTIVIDADE 5G, WI-FI E BLUETOOTH, SISTEMA OPERACIONAL ATUALIZADO, BATERIA DE LONGA DURAÇÃO E RECURSOS AVANÇADOS PARA CAPTURA E EDIÇÃO DE IMAGENS E VÍDEOS.	1	R\$ 7.026,28	R\$ 7.026,28
4	941908	<b>MICROFONE SEM FIO DUPLO</b> SISTEMA DE MICROFONE SEM FIO DUPLO, COMPOSTO POR DOIS TRANSMISSORES E UM RECEPTOR, INDICADO PARA GRAVAÇÕES DE VÍDEO, ENTREVISTAS E PRODUÇÃO DE CONTEÚDO. DEVE POSSUIR CONEXÃO COMPATÍVEL COM DISPOSITIVOS MÓVEIS (USB-C E LIGHTNING) E CÂMERAS, CAPTAÇÃO DE ÁUDIO DE ALTA QUALIDADE, ESTOJO DE CARREGAMENTO E ACESSÓRIOS PARA FIXAÇÃO.	3	R\$ 5.185,96	R\$ 15.557,88
5	941909	<b>TRIPÉ PARA CÂMERA E VÍDEO</b> TRIPÉ PORTÁTIL PARA FOTOGRAFIA E GRAVAÇÃO DE VÍDEO, ESTRUTURA LEVE E RESISTENTE, COM ALTURA AJUSTÁVEL E PÉS ANTIDERRAPANTES. DEVE POSSUIR CABEÇA ARTICULADA PARA MOVIMENTAÇÃO SUAVE DA CÂMERA, SISTEMA DE TRAVAMENTO SEGURO E COMPATIBILIDADE COM CÂMERAS E ACESSÓRIOS DE GRAVAÇÃO. INDICADO PARA USO EM VIAGENS E PRODUÇÕES AUDIOVISUAIS.	2	R\$ 275,90	R\$ 551,80
6	941910	<b>SSD EXTERNO PORTÁTIL DE ALTA CAPACIDADE</b> UNIDADE DE ARMAZENAMENTO EXTERNO PORTÁTIL DO TIPO SSD, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 4 TB, CONEXÃO USB-C E COMPATIBILIDADE COM INTERFACE USB DE ALTA VELOCIDADE. DEVE OFERECER ALTAS TAXAS DE LEITURA E GRAVAÇÃO DE DADOS, ESTRUTURA RESISTENTE PARA TRANSPORTE E USO EM EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E PRODUÇÃO AUDIOVISUAL	2	R\$ 2.887,33	R\$ 5.774,66
7	941911	<b>BOLSA PARA TRANSPORTE DE TRIPÉS DE ILUMINAÇÃO</b> BOLSA PARA TRANSPORTE E ARMAZENAMENTO DE TRIPÉS E ACESSÓRIOS DE ILUMINAÇÃO DE ESTÚDIO, CONFECCIONADA EM MATERIAL RESISTENTE, COM FECHAMENTO SEGURO E ALÇAS PARA TRANSPORTE. DEVE POSSUIR COMPRIMENTO APROXIMADO DE 110 CM E ESPAÇO INTERNO ADEQUADO PARA ACOMODAR TRIPÉS E SUPORTES DE ILUMINAÇÃO.	1	R\$ 371,30	R\$ 371,30



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PERDIZES**

**Av. Gercino Coutinho, 20 Centro - Perdizes – MG**

**CNPJ: 18.140.772/0001-94**

13.2. O valor estimado foi obtido por meio de cotações com empresas do ramo pertinente ao objeto licitado diretamente ou por meio de sítios eletrônicos e com bancos de preços conforme consta do Processo Licitatório em questão.

13.3. As cotações foram realizadas como forma de se obter preço compatível com os valores praticados no mercado, observada a economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto. Foram cotados os itens com algumas empresas juntamente com a plataforma Banco de Preço contratada por esta administração, com o intuito de evitar possíveis distorções/disparidade de preços, preços inexecutáveis ou ainda sobrepreço, tentando se aproximar o mais fielmente do preço de mercado. Na escolha dos fornecedores para a pesquisa de preços foi levado em consideração o ramo de atuação compatível com o objeto licitado. A pesquisa de preços foi realizada atendendo o § 1º, III e IV do art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e art. 6º do Decreto Municipal nº 3.372, de 04 de abril de 2023.

## **14. ADEQUAÇÃO/DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados na Lei Orçamentária do Município de Perdizes para o exercício de 2026, e indicada no processo pela área competente, discriminado na(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

<b>Unidade</b>	<b>Classificação</b>	<b>Descrição</b>	<b>Ficha</b>
02 01 01	04 131 0016 2.0017 339030	Material de consumo	95
02 01 01	04 131 0016 2.0017 449052	Equipamentos e material permanente	1.174

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes.

## **15. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES:**

### **15.1. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

15.1.1. Realizar o objeto deste Termo de Referência de acordo com as normas legais ficando a seu cargo todas as despesas, diretas e indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus ao **CONTRATANTE**, observando sempre as especificações dos serviços a serem prestados.

15.1.2. Responder pelos danos causados diretamente ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da prestação dos serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo **CONTRATANTE**.

15.1.3. Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração seja qual for, desde que praticada por seus técnicos durante a prestação dos serviços ainda que no recinto do **CONTRATANTE**.

15.1.4. Executar a entrega dos itens para a **CONTRATANTE**, dentro dos parâmetros estabelecidos, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e, inclusive, às recomendações aceitas pela boa técnica.

15.1.5. Entregar os itens de acordo com as especificações e demais condições estipuladas neste Termo de Referência e no contrato.

15.1.6. Acatar as orientações do **CONTRATANTE**, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas.



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PERDIZES**

**Av. Gercino Coutinho, 20 Centro - Perdizes – MG**

**CNPJ: 18.140.772/0001-94**

15.1.7. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas no Processo Licitatório a ser instaurado.

15.1.8. Responder pelas despesas resultantes de quaisquer ações, demandas decorrentes de danos seja por culpa sua ou quaisquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, outrossim, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais de terceiros, que lhes venham a ser exigidas por força de Lei, ligadas ao cumprimento deste Termo de Referência.

15.1.9. Atender prontamente quaisquer exigências do representante do **CONTRATANTE** inerente ao objeto deste Termo de Referência.

15.1.10. Comunicar ao **CONTRATANTE**, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários.

15.1.11. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem subcontratar qualquer parte do contrato.

15.1.12. Comunicar ao **CONTRATANTE** os eventuais casos fortuitos e de força maior, que comprometam a execução do contrato, dentro do prazo de 02 (dois) dias úteis após a verificação do fato e apresentar os documentos para a respectiva aprovação, em até 5 (cinco) dias consecutivos, a partir da data de sua ocorrência, sob a pena de não serem considerado.

15.1.13. Ser responsável, em relação a si e aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da execução do objeto deste Termo de Referência, tais como: a) salários; b) seguros de acidente; c) taxas, impostos e contribuições; d) indenizações; e) deslocamentos; e, f) todas as demais despesas, que incidam ou venham a incidir para a entrega efetiva dos bens.

15.1.14. Responsabilizar-se pela perfeita execução/entrega dos itens objeto deste Termo de Referência, obrigando-se a prestar assistência técnica necessária para assegurar boa funcionalidade dos equipamentos.

15.1.15. Assumir a responsabilidade por todos os encargos trabalhistas, previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o **CONTRATANTE**.

15.1.15.1. A inadimplência da **CONTRATADA** em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá ao **CONTRATANTE** a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto deste Termo de Referência.

15.1.16. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os itens em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, imediatamente ou no prazo estabelecido, sem qualquer custo adicional ao **CONTRATANTE**.

15.1.17. Ao longo de toda a execução do contrato, a **CONTRATADA** deverá cumprir a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas.

15.1.17.1. Sempre que solicitado pela Administração, a **CONTRATADA** deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos a que se refere o subitem 15.1.18., com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas.



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PERDIZES**

**Av. Gercino Coutinho, 20 Centro - Perdizes – MG**

**CNPJ: 18.140.772/0001-94**

15.1.18. Utilizar de forma privativa e confidencial, os documentos fornecidos pelo **CONTRATANTE**.

15.1.19. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as orientações do **CONTRATANTE**, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas, quando for o caso.

15.1.20. Relatar ao **CONTRATANTE** toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços.

## **15.2. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

15.2.1. Efetuar os pagamentos devidos a **CONTRATADA** nas condições estabelecidas neste Termo de Referência e no contrato.

15.2.2. Proporcionar todas as facilidades para que a **CONTRATADA** possa realizar a entrega dos itens solicitados de acordo com o objeto deste Termo de Referência e do contrato.

15.2.3. Acompanhar e fiscalizar a entrega dos itens solicitados de acordo com o objeto deste Termo de Referência e do contrato.

15.2.4. Emitir, por intermédio do Setor Competente do **CONTRATANTE**, pareceres em todos os atos relativos aos produtos que não apresentarem qualidade técnica necessária, em especial quanto às suas especificações.

15.2.5. Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto deste Termo de Referência e do contrato que venham ser solicitados pela **CONTRATADA**.

15.2.5.1. Prestar documentos e informações precisas sobre o planejamento, objetivos e outros dados necessários ao desenvolvimento das atividades a serem realizadas pela **CONTRATADA**.

15.2.6. Comunicar a **CONTRATADA** toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução dos serviços designados no objeto deste Termo de Referência e no contrato.

15.2.7. Recusar os itens que a **CONTRATADA** entregar fora das especificações deste Termo de Referência e do contrato.

15.2.8. Fornecer todos os documentos, informações e demais elementos que possuir e pertinentes à execução dos serviços.

15.2.9. Receber provisória e definitivamente os serviços, nas formas definidas neste Termo de Referência e no contrato.

15.2.10. Emitir ordem de entrega dos bens/materiais.

15.2.11. Decidir acerca das questões que se apresentarem durante a entrega dos materiais.

15.2.12. Dever de explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução deste Termo de Referência e no contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato.

15.2.13. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.





# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PERDIZES**

**Av. Gercino Coutinho, 20 Centro - Perdizes – MG**

**CNPJ: 18.140.772/0001-94**

15.2.14. Notificar a **CONTRATADA** por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da entrega dos itens, fixando prazo para a sua correção.

15.2.15. Zelar para que durante toda a vigência do contrato sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, todas as condições exigidas para a contratação.

15.2.16. Manter meio de comunicação formal, preferencialmente via correio eletrônico, para solicitar qualquer dos serviços contratados.

## **16. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVA E SANÇÕES CONTRATUAIS**

16.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a **CONTRATADA** que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

16.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- a) Advertência, quando a **CONTRATADA** der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);
- b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Termo de Referência, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PERDIZES**

**Av. Gercino Coutinho, 20 Centro - Perdizes – MG**

**CNPJ: 18.140.772/0001-94**

c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Termo de Referência, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei)

d)Multa:

I.moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o período de 30 (trinta) dias;

II.O atraso superior a 30 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

III.compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

16.3.A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao **CONTRATANTE** (art. 156, §9º).

16.4.Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

16.4.1.Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157).

16.4.2.Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo **CONTRATANTE** a **CONTRATADA**, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

16.4.3.Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez dias) úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

16.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa a **CONTRATADA**, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

16.6.Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o **CONTRATANTE**;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

16.7.Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PERDIZES**

**Av. Gercino Coutinho, 20 Centro - Perdizes – MG**

**CNPJ: 18.140.772/0001-94**

na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

16.8.A personalidade jurídica da **CONTRATADA** poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a **CONTRATADA**, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160).

16.9.As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

## **17. DA EXTINÇÃO DO CONTRATO**

17.1.Constituirão motivos para a extinção do contrato, as situações previstas no art. 137 da Lei nº 14.133/2021 a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa à **CONTRATADA**.

17.2.A extinção do contrato poderá ser:

- a) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- b) Consensual, por acordo entre as partes, desde que haja interesse da Administração;
- c) Determinada por decisão judicial.

17.3. A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

## **18. DO FORO**

18.1.Para dirimir as questões oriundas do contrato, será competente o do foro da Comarca de Perdizes-MG.

Perdizes-MG, 30 de abril de 2026.

---

**Adenilton de Oliveira Sousa**

**Secretário Municipal de Governo, Desenvolvimento Econômico e Relações Institucionais**



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PERDIZES**

**Av. Gercino Coutinho, 20 Centro - Perdizes – MG**

**CNPJ: 18.140.772/0001-94**

## **ANEXO II** **MINUTA CONTRATUAL**

**CONTRATO Nº \_\_\_\_\_/2026**

**PROCESSO Nº 073/2026**

**DISPENSA ELETRÔNICA Nº 021/2026**

**CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E ACESSÓRIOS PARA CAPTAÇÃO DE IMAGENS, PRODUÇÃO AUDIOVISUAL E COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PERDIZES E A \_\_\_\_\_**

Pelo presente instrumento particular, de um lado o **MUNICÍPIO DE PERDIZES**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ 18.140.772/0001-94, com sede na Avenida Gercino Coutinho, n.º 20, Bairro Centro, na cidade de Perdizes - MG, representado neste ato pelo **Secretário Municipal de Governo, Desenvolvimento Econômico e Relações Institucionais, Sr. Adenilton de Oliveira Sousa**, brasileiro, casado, advogado, portador do CPF sob o nº 00\*.\*\*\*.\*\*\*-71, doravante denominado **CONTRATANTE** e de outro lado a empresa \_\_\_\_\_, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, com sede na cidade de \_\_\_\_\_ à Rua/Avenida \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_, neste ato representada pelo seu sócio-administrador, Sr. \_\_\_\_\_, inscrito no C.P.F. sob o nº \_\_\_\_\_, doravante denominada **CONTRATADA**, considerando o resultado do **Processo Licitatório nº 073/2026**, na modalidade **Dispensa Eletrônica nº 022/2026**, resolvem celebrar o presente Contrato de Aquisição de Equipamentos e Acessórios para Captação de Imagens, Produção Audiovisual e Comunicação Institucional, conforme objeto abaixo e a proposta apresentada pela **CONTRATADA** no referido certame, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório, com fundamento no art. 75, II da Lei Federal nº 14.133/2021, devidamente regulamentada pelo Decreto Municipal nº 3.544 de 19 de janeiro de 2024, para obter propostas adicionais de eventuais interessados, devendo ser selecionada a proposta mais vantajosa, nos termos do § 3º, do artigo 75, da Lei n. 14.133/2021, e em conformidade com as cláusulas e condições seguintes:

### **CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO:**

**1.1.** Constitui objeto deste contrato a **aquisição de equipamentos e acessórios para captação de imagens, produção audiovisual e comunicação institucional, destinados ao Setor de Comunicação, Cerimonial e Eventos, visando ao desempenho das atividades e ao suporte dos eventos promovidos pela Administração Municipal**, de acordo com as especificações e quantidades descritas no Termo de Referência – Anexo I do Edital de Dispensa Eletrônica nº 022/2026.

### **1.2. VINCULAÇÃO AO EDITAL E A PROPOSTA:**

**1.2.1.** Vinculam-se ao presente Contrato o **Processo Licitatório nº 073/2026**, na modalidade de **DISPENSA ELETRÔNICA Nº 022/2026**, seus anexos, bem como a proposta da **CONTRATADA**, os quais constituem parte deste instrumento para todos os fins e efeitos de direito, independentemente de transcrição.

### **1.3. LOCAL DE ENTREGA:**

**1.3.1. Local e horários de Entrega:** Sede da Prefeitura Municipal de Perdizes-MG, localizado na Avenida Gercino Coutinho, nº 20, Centro, **Perdizes-MG, CEP.38170-000, horário entre 08h00min a 11h00min ou entre 13h00min as 17h00min** conforme necessidade e solicitação do setor



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PERDIZES**

**Av. Gercino Coutinho, 20 Centro - Perdizes – MG**

**CNPJ: 18.140.772/0001-94**

requisitante, emitida pela Prefeitura Municipal de Perdizes, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste Contrato.

**1.3.2.** A entrega dos equipamentos e acessórios objeto deste contrato deverá ser realizada de forma única, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias corridos, a contar do recebimento da Autorização de Fornecimento observando os itens 6.8. e 10.1. do Termo de Referência – Anexo I do Edital de Dispensa Eletrônica nº 022/2026.

## **CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTAMENTO E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO:**

**2.1.** O preço global do presente contrato é de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_) no qual já estão inclusas todas as despesas especificadas na proposta da **CONTRATADA**, sendo os seguintes preços unitários por item:

(INSERIR A PLANILHA)

**2.2.** Os pagamentos serão feitos da seguinte forma:

**2.2.1.** O pagamento será efetuado 30 (trinta) dias após a entrega dos bem(ns)/produto(s) objeto deste Edital, por ordem bancária, mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura, e o visto do setor competente do Município de Perdizes, comprovando a entrega.

**2.2.2.** A Nota Fiscal/Fatura emitida pela **CONTRATADA** deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do nº do processo, nº da Dispensa Eletrônica e da Ordem de Fornecimento, a fim de se acelerar o trâmite de recebimento do material e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

**2.2.3.** A Nota Fiscal deverá ser emitida obrigatoriamente pela forma eletrônica de acordo com o Inciso I, Cláusula Segunda do Protocolo ICMS 42, de 03 de julho de 2009.

**2.2.4.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**2.2.5.** O pagamento será processado com a emissão de ordem de pagamento física ou eletrônica, ou ainda por transferência eletrônica via sistema de internet banking, com assinaturas legais físicas ou eletrônicas dos titulares das contas bancárias.

**2.2.6.** Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA** enquanto pendente de liquidação ou qualquer obrigação financeira decorrente de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços e/ou valores.

**2.2.7.** É vedada a alteração do (s) preço (s), exceto nas hipóteses, expressamente, previstas em lei (art. 124 da Lei Federal nº 14.133/21), de forma a manter e assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, em consonância com os termos e condições da proposta apresentada, mediante requerimento da **CONTRATADA** e com comprovação documental.

### **2.2.8. DO PRAZO PARA RESPOSTA AO PEDIDO DE REPACTUAÇÃO DE PREÇOS:**

**2.2.8.1.** Não haverá repactuação de preços neste caso, conforme inciso LIX do art. 6º c/c inciso II do § 8º do art.25 c/c inciso II do § 4º do art.92 da Lei nº 14.133/2021.

### **2.2.9. DO PRAZO PARA RESPOSTA AO PEDIDO DE RESTABELECIMENTO DO EQUILÍBRIO**





# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PERDIZES**

**Av. Gercino Coutinho, 20 Centro - Perdizes – MG**

**CNPJ: 18.140.772/0001-94**

## **ECONÔMICO-FINANCEIRO:**

**2.2.9.1.** O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso, será de, no máximo, 30 (trinta) dias.

## **CLÁUSULA TERCEIRA – DOS ENCARGOS:**

**3.1.** No(s) preço(s) proposto(s) estão incluídos, além do lucro, quaisquer vantagens, abatimentos, descontos, as despesas com instalações de máquinas, equipamentos próprios, como também as despesas de aquisição de ferramentas e materiais, inclusive o seu transporte até o local de execução dos serviços, seu armazenamento e guarda, todos os equipamentos de segurança individual e coletiva e providências pertinentes, assim como as despesas relativas à mão de obra necessária a tais atividades, fretes, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações previdenciárias, fiscais, comerciais, trabalhistas, tarifas, seguros, responsabilidade civil, a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e demais despesas que incidam direta ou indiretamente sobre o objeto deste contrato.

## **CLÁUSULA QUARTA – EXECUÇÃO DO OBJETO/CONTRATO/CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO:**

**4.1.** A entrega do item/material, objeto deste contrato deverá ser realizada de **forma única, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias corridos**, a contar do recebimento da Autorização de Fornecimento, após a emissão da ACS (Autorização de Compras e Serviços) ou da Nota de Empenho, emitida pela Prefeitura Municipal de Perdizes, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste Contrato, sendo que qualquer prazo superior a esse deverá ocorrer somente com a prévia autorização do **CONTRATANTE**.

**4.1.1.** Local e horários de Entrega: Prefeitura Municipal de Perdizes localizado na Avenida Gercino Coutinho, no bairro Centro, nº20, no horário de 08h às 11h e 13h às 17h, assim como indicado na Requisição/Autorização de Empenho ou outro instrumento hábil quando da solicitação da secretaria ou setor requisitante.

**4.2.** Os itens/materiais objeto deste contrato deverão ser entregues dentro dos parâmetros e de acordo com o Termo de Referência – Anexo I do Edital de Dispensa Eletrônica nº 022/2026.

**4.3.** A **CONTRATADA** está sujeita à fiscalização no ato da entrega e posteriormente, reservando-se ao **CONTRATANTE**, através do responsável, o direito de não receber o item/material caso o mesmo não se encontre em condições satisfatórias.

**4.4.** Caso o item/material esteja fora das especificações será devolvido, mediante Termo de Recusa, sendo que a **CONTRATADA** terá o prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos para efetuar a troca dos itens que se encontrarem fora das especificações e/ou condições de consumo/uso; sendo às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Contrato.

**4.5.** A **CONTRATADA** deverá cumprir obrigatoriamente o prazo e as solicitações do **CONTRATANTE**.

**4.6.** A **CONTRATADA** se responsabilizará por quaisquer despesas decorrentes do transporte e entrega do item/material.

**4.7.** Não serão aceitos itens/materiais em desconformidade com o objeto contratado.



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PERDIZES**

**Av. Gercino Coutinho, 20 Centro - Perdizes – MG**

**CNPJ: 18.140.772/0001-94**

**4.8. A CONTRATADA** não poderá transferir a outrem no todo ou em parte, as responsabilidades assumidas, sem prévia e expressa anuência do **CONTRATANTE**.

**4.9. A CONTRATADA** ficará obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência do contrato, mesmo que a entrega deles estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

**4.10.** Caso haja descontinuidade na produção de algum item/material, a critério do **CONTRATANTE**, poderá ser aceito modelo ou versão superiores, desde que não haja majoração de preço e que o novo produto atenda a todas as exigências do Termo de Referência – Anexo I do Edital de Dispensa Eletrônica nº 022/2026.

**4.11.** O item/material deverá estar em suas respectivas embalagens originais e com a indicação do conteúdo do material, como: da marca/modelo, quantidade; na embalagem e/ou no próprio item/material, bem como das demais características que possibilitem a sua correta identificação.

**4.12.** Caso não seja atendida a solicitação e ou efetivada a execução do objeto dentro do prazo previsto, a **CONTRATADA** poderá ser objeto de aplicação das penalidades previstas neste contrato.

**4.13.** Correrão por conta da **CONTRATADA** todas as despesas com embalagens, seguros, fretes, transportes, tributos, custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos itens/materiais objeto deste contrato.

## **CLAUSULA QUINTA - DA GESTÃO DO CONTRATO:**

**5.1.** A Secretaria Municipal de Governo, Desenvolvimento Econômico e Relações Institucionais, será competente para receber, autorizar, supervisionar, conferir e acompanhar a execução do objeto deste contrato de acordo com as atribuições do Decreto Municipal 3.210/2022, através da servidora pública designada gestora do contrato abaixo:

Sra. Camila Supranzetti de Rezende, portadora do CPF sob o nº044.\*\*\*.\*\*\*-73.

## **5.2. DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:**

**5.2.1.** Nos termos do art. 117 Lei nº 14.133, de 2021 e do Decreto Municipal nº 3.210/2022, será designado representante para fiscalizar a execução durante o recebimento do objeto, montagem e encerrando no momento da expiração da garantia o seguinte servidor público designado abaixo:

Sr. Emerson Roberto de Oliveira Junior, portador do CPF sob o nº139.\*\*\*.\*\*\*-64.

**5.3.** A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133/21.

**5.4.** O representante da Administração anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PERDIZES**

**Av. Gercino Coutinho, 20 Centro - Perdizes – MG**

**CNPJ: 18.140.772/0001-94**

**5.5.** Aplica-se ao presente contrato quanto a sua gestão e fiscalização o item 8 do Termo de Referência – Anexo I do Edital de Dispensa Eletrônica nº 022/2026.

## **CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES:**

### **6.1. SÃO OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**6.1.1.** Realizar o objeto deste contrato de acordo com as normas legais ficando a seu cargo todas as despesas, diretas e indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus ao **CONTRATANTE**, observando sempre as especificações dos equipamentos e acessórios a serem fornecidos.

**6.1.2.** Responder pelos danos causados diretamente ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da entrega dos equipamentos e acessórios, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo **CONTRATANTE**.

**6.1.3.** Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração seja qual for, desde que praticada por seus técnicos durante a entrega dos equipamentos e acessórios ainda que no recinto do **CONTRATANTE**.

**6.1.4.** Efetuar a entrega dos equipamentos e acessórios ao **CONTRATANTE**, dentro dos parâmetros estabelecidos, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e, inclusive, às recomendações aceitas pela boa técnica.

**6.1.5.** Efetuar a entrega dos equipamentos e acessórios de acordo com as especificações e demais condições estipuladas no Termo de Referência – Anexo I do Edital de Dispensa Eletrônica nº 022/2026 e neste contrato.

**6.1.6.** Acatar as orientações do **CONTRATANTE**, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas.

**6.1.7.** Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas no Edital de Dispensa Eletrônica nº 022/2026.

**6.1.8.** Responder pelas despesas resultantes de quaisquer ações, demandas decorrentes de danos seja por culpa sua ou quaisquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, outrossim, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais de terceiros, que lhes venham a ser exigidas por força de Lei, ligadas ao cumprimento do Edital de Dispensa Eletrônica nº 022/2026 e deste contrato.

**6.1.9.** Atender prontamente quaisquer exigências do representante do **CONTRATANTE** inerente ao objeto deste contrato.

**6.1.10.** Comunicar ao **CONTRATANTE**, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários.

**6.1.11.** Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem subcontratar qualquer parte do contrato.

**6.1.12.** Comunicar ao **CONTRATANTE** os eventuais casos fortuitos e de força maior, que comprometam a execução do contrato, dentro do prazo de 02 (dois) dias úteis após a verificação



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PERDIZES**

**Av. Gercino Coutinho, 20 Centro - Perdizes – MG**

**CNPJ: 18.140.772/0001-94**

do fato e apresentar os documentos para a respectiva aprovação, em até 5 (cinco) dias consecutivos, a partir da data de sua ocorrência, sob a pena de não serem considerado.

**6.1.13.** Ser responsável, em relação a si e aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da execução do objeto deste contrato, tais como: a) salários; b) seguros de acidente; c) taxas, impostos e contribuições; d) indenizações; e) deslocamentos; e, f) todas as demais despesas, que incidam ou venham a incidir para a entrega efetiva dos bens.

**6.1.14.** Responsabilizar-se pela perfeita execução/entrega dos itens objeto deste contrato, obrigando-se a prestar assistência técnica necessária para assegurar boa funcionalidade dos equipamentos.

**6.1.15.** Assumir a responsabilidade por todos os encargos trabalhistas, previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o **CONTRATANTE**.

**6.1.15.1.** A inadimplência da **CONTRATADA** em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá ao **CONTRATANTE** a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto deste contrato.

**6.1.16.** Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os itens em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, imediatamente ou no prazo estabelecido, sem qualquer custo adicional ao **CONTRATANTE**.

**6.1.17.** Ao longo de toda a execução do contrato, a **CONTRATADA** deverá cumprir a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas.

**6.1.17.1.** Sempre que solicitado pela Administração, a **CONTRATADA** deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos a que se refere o subitem 6.1.17., com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas.

**6.1.18.** Utilizar de forma privativa e confidencial, os documentos fornecidos pelo **CONTRATANTE**.

**6.1.19.** Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as orientações do **CONTRATANTE**, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas, quando for o caso.

**6.1.19.1.** Relatar ao **CONTRATANTE** toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços.

## **6.2. DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE PERDIZES (CONTRATANTE):**

**6.2.1.** Efetuar os pagamentos devidos à **CONTRATADA** nas condições estabelecidas neste contrato.

**6.2.2.** Proporcionar todas as facilidades para que a **CONTRATADA** possa realizar a entrega dos itens solicitados de acordo com o objeto deste contrato.

**6.2.3.** Acompanhar e fiscalizar a entrega dos itens solicitados de acordo com o objeto deste contrato.

**6.2.4.** Emitir, por intermédio do setor competente do **CONTRATANTE**, pareceres em todos os atos relativos aos produtos que não apresentarem a qualidade técnica necessária, em especial quanto



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PERDIZES**

**Av. Gercino Coutinho, 20 Centro - Perdizes – MG**

**CNPJ: 18.140.772/0001-94**

às suas especificações.

**6.2.5.** Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto deste contrato que venham a ser solicitados pela **CONTRATADA**.

**6.2.6.** Prestar documentos e informações precisas sobre o planejamento, objetivos e outros dados necessários à adequada execução contratual.

**6.2.7.** Comunicar à **CONTRATADA** toda e qualquer ocorrência relacionada à execução do objeto deste contrato.

**6.2.8.** Recusar os itens que a **CONTRATADA** entregar em desacordo com as especificações do Edital de Dispensa Eletrônica nº 022/2026 e seus Anexos e deste contrato.

**6.2.9.** Fornecer todos os documentos, informações e demais elementos que possuir e que sejam pertinentes à execução do objeto contratado.

**6.2.10.** Receber provisória e definitivamente os bens/materiais fornecidos, nas formas definidas no Edital de Dispensa Eletrônica nº 022/2026 e seus Anexos e neste contrato.

**6.2.11.** Emitir ordem de fornecimento e entrega dos bens/materiais.

**6.2.12.** Decidir acerca das questões que se apresentarem durante a execução contratual e a entrega dos materiais.

**6.2.13.** Emitir decisão expressa sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução deste contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou destituídos de interesse para a boa execução contratual.

**6.2.14.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, de acordo com as cláusulas contratuais, as disposições do Edital de Dispensa Eletrônica nº 022/2026 e seus Anexos e os termos de sua proposta.

**6.2.15.** Notificar a **CONTRATADA**, por escrito, acerca da ocorrência de eventuais imperfeições, vícios, defeitos ou irregularidades constatadas nos bens fornecidos, fixando prazo para a sua correção, substituição ou saneamento.

**6.2.16.** Zelar para que, durante toda a vigência do contrato, sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, todas as condições exigidas para a contratação.

**6.2.17.** Manter meio de comunicação formal, preferencialmente por correio eletrônico, para encaminhamento de solicitações, ordens de fornecimento, notificações e demais comunicações relacionadas à execução contratual.

## **CLÁUSULA SÉTIMA – DAS ALTERAÇÕES, DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES:**

**7.1.** O presente contrato poderá sofrer alterações, com as devidas justificativas, obedecidas às disposições contidas no art. 124, da Lei nº 14.133/2021, sendo que as quantidades previstas na cláusula segunda, item 2.1. poderão sofrer acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado deste contrato, estando a **CONTRATADA** obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais estes acréscimos e supressões, nos termos do art. 125, da mesma Lei.





# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PERDIZES**

**Av. Gercino Coutinho, 20 Centro - Perdizes – MG**

**CNPJ: 18.140.772/0001-94**

**7.2.** As alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei nº 14.133/2021, não poderão transfigurar o objeto deste contrato.

## **CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO:**

**8.1.** O prazo de vigência deste contrato será de 6 (seis) meses, contados a partir da assinatura de sua assinatura ou da emissão da autorização de fornecimento, período necessário para o fornecimento, entrega, recebimento definitivo dos equipamentos e cumprimento das obrigações decorrentes da garantia e demais condições estabelecidas no instrumento contratual.

**8.2.** O **CONTRATANTE** terá a opção de extinguir o contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem, nos termos do inciso III, do art. 106 da Lei nº 14.133/2021.

## **CLÁUSULA NONA – DA PRORROGAÇÃO:**

**9.1.** Por se tratar de aquisição de bens com objeto de natureza não continuada, a contratação não demandará prorrogação de prazo, exceto nas hipóteses legalmente previstas e devidamente justificadas, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021.

## **CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:**

**10.1.** Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 14.133 de 2021, a **CONTRATADA** que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**10.2.** Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- a) Advertência, quando a **CONTRATADA** der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);
- b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);
- c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei);
- d) Multa:



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PERDIZES**

**Av. Gercino Coutinho, 20 Centro - Perdizes – MG**

**CNPJ: 18.140.772/0001-94**

I. moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total deste contrato, até o período de 30 (trinta) dias;

II. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção deste contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021.

III. compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total deste contrato, no caso de inexecução total do objeto.

**10.3.** A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao **CONTRATANTE** (art. 156, §9º).

**10.4.** Todas as sanções previstas neste contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

**10.4.1.** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157).

**10.4.2.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

**10.4.3.** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**10.5.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à **CONTRATADA**, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**10.6.** Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o **CONTRATANTE**;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**10.7.** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

**10.8.** A personalidade jurídica da **CONTRATADA** poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste contrato ou para provocar confusão patrimonial e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a **CONTRATADA**, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160).

**10.9.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PERDIZES**

**Av. Gercino Coutinho, 20 Centro - Perdizes – MG**

**CNPJ: 18.140.772/0001-94**

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA EXTINÇÃO DO CONTRATO:**

**11.1.** Constituirão motivos para a extinção do contrato as situações previstas no art. 137 da Lei nº 14.133/2021, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa à **CONTRATADA**.

**11.2.** A extinção do contrato poderá ser:

- a) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- b) Consensual, por acordo entre as partes, desde que haja interesse da Administração;
- c) Determinada por decisão judicial.

**11.2.1.** A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:**

**12.1.** As despesas decorrentes da execução deste instrumento no **Exercício de 2026** correrão por conta da Dotação Orçamentária número:

<b>Unidade</b>	<b>Classificação</b>	<b>Descrição</b>	<b>Ficha</b>
02 01 01	04 131 0016 2.0017 339030	Material de consumo	95
02 01 01	04 131 0016 2.0017 449052	Equipamentos e material permanente	1.174

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À EXECUÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO AOS CASOS OMISSOS:**

**13.1.** A Legislação aplicável à execução deste contrato, inclusive quanto aos casos omissos são:

**13.1.1.** Será regido pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto nº 3.153, de 10 de junho de 2022, que regulamenta a Lei 14.133/2021 no Município de Perdizes, Decreto nº 3.956, de 08 de abril de 2025, que regulamenta o processo de Dispensa Eletrônica no Município de Perdizes, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – GARANTIAS OFERECIDAS PARA ASSEGURAR SUA PLENA EXECUÇÃO, QUANDO EXIGIDAS, INCLUSIVE AS QUE FOREM OFERECIDAS PELA CONTRATADA NO CASO DE ANTECIPAÇÃO DE VALORES A TÍTULO DE PAGAMENTO:**

**14.1.** Não haverá garantia contratual para assegurar a execução do presente contrato.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO PRAZO DE GARANTIA MÍNIMA DO OBJETO, OBSERVADOS OS PRAZOS MÍNIMOS ESTABELECIDOS NA LEI Nº 14.133/2021 E NAS NORMAS TÉCNICAS APLICÁVEIS, E AS CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA:**

**15.1.** O prazo mínimo da garantia do objeto deste contrato é o previsto na Lei nº 14.133/2021, nas normas técnicas aplicáveis à espécie e condições de manutenção e assistência técnica previstos



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PERDIZES**

**Av. Gercino Coutinho, 20 Centro - Perdizes – MG**

**CNPJ: 18.140.772/0001-94**

na Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor).

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA PUBLICAÇÃO:**

**16.1.** O **CONTRATANTE** providenciará a divulgação do presente instrumento, nos termos do art. 94 da Lei nº 14.133/2021.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO:**

**17.1.** As partes elegem o Foro da Comarca de Perdizes-MG, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir as questões judiciais provenientes deste contrato.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma na presença de duas testemunhas, que também a subscrevem para que produza os efeitos legais.

Perdizes MG, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
**MUNICÍPIO DE PERDIZES-MG**  
**ADENILTON DE OLIVEIRA SOUSA**  
**SECRETÁRIO MUNICIPAL DE GOVERNO,**  
**DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E**  
**RELAÇÕES INSTITUCIONAIS**  
**CONTRATANTE**

\_\_\_\_\_  
**EMPRESA**  
**REPRESENTANTE**  
**CONTRATADA**

## **TESTEMUNHAS:**

1) \_\_\_\_\_  
Nome: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

2) \_\_\_\_\_  
Nome: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_